

Bancada governista garante aprovação do PL 920/2017, o pacote de maldades de Alckmin

Emenda aglutinativa ameniza restrições aos servidores, mas universidades correm risco

O projeto de lei nº 920/2017, de autoria do governador Geraldo Alckmin, foi aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo na noite de 14/12.

O “PL da maldade”, como ficou conhecido, garante a renegociação da dívida paulista com a União, tendo como contrapartida o congelamento dos gastos do governo por dois anos. Para fazê-lo, Alckmin inspirou-se na Emenda Constitucional nº 95 – a “PEC do fim do mundo” –, aprovada pelo governo Temer, que congela os investimentos públicos por 20 anos.

O projeto estabelece que o governo aumente os investimentos somente de acordo com a inflação aferida pelo IPCA Amplo (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do ano anterior, o que significará uma queda expressiva nos recursos para saúde, educação, segurança e outros. Um grande prejuízo para a maioria da população paulista, que depende diretamente dos serviços públicos.

Em seu artigo 2º, o projeto aprovado prevê que o “Estado de São Paulo compromete-se a estabelecer limitação, aplicável nos dois exercícios subsequentes à celebração dos aditamentos, do crescimento anual das despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais a Municípios e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por outro que venha a substituí-lo.”

Para que o projeto fosse aprovado, eram necessários 48 votos. As bancadas do PT, PCdoB e PSOL colocaram-se em obstrução e 46 parlamentares votaram a favor. Mas, o que garantiu a vitória de Alckmin, contraditoriamente, foram os 8 votos contrários (vindos de parlamentares do PSDB, PDT, PR,



Audiência pública na Alesp sobre o PL 920, em 26/10

PSB, PSD, PV, PSL e SD). Uma mera encenação, pois, embora votando “não”, foram eles que garantiram o quórum necessário.

Salvaguarda frágil

Como pressão das categorias do serviço público – que lotaram a Alesp em várias oportunidades – havia se delineado uma fissura na base governista, mas que não se confirmou. O líder do governo, deputado Barros Munhoz, chegou a chamar o projeto de “burro” durante uma audiência pública em 26/10. Munhoz tomou a iniciativa de apresentar uma emenda aglutinativa, que acabou sendo aprovada junto com o PL 920 no dia 14/12.

A emenda, em tese, visa preservar “direitos e vantagens de ordem pecuniária, tais como adicional por tempo de serviço, licença-prêmio, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, horas extras, férias, entre outros previstos na legislação em vigor”,



mas ressalta: “desde que observada, adicionalmente, a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)”, o que praticamente inviabiliza as suas “boas intenções” e, na verdade, não garante coisa alguma. Veja a íntegra da emenda aglutinativa no box ao lado.

Uma coisa é certa: em 2018, será preciso manter e ampliar a luta do funcionalismo público paulista para garantir que não haja prejuízos aos servidores, o que será mais difícil depois da aprovação da PL 920. O Fórum do Funcionalismo Público do Estado de São Paulo, formado no decorrer da mobilização das entidades contra o PL 920/2017, já tem reunião agendada para 9 de janeiro, terça-feira, na Alesp, às 10 horas.

O que diz a emenda aglutinativa

Aprovada na sequência ao PL 920/2017, a emenda aglutinativa dá nova redação ao artigo 3 do projeto, deixando-o assim:

Artigo 3º: A autorização prevista nesta lei não impede, desde que observada, adicionalmente, a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

I – a concessão de reajustes ou adequação de remuneração de membros, servidores e empregados públicos, civis e militares, de Poder ou de Órgão;

II – a concessão de promoções e progressão funcional;

III – a realização de concursos públicos e admissão de servidores, civis e militares, e empregados públicos;

Parágrafo único – Ficam preservados, observado o “caput” deste artigo, todos os direitos e vantagens de ordem pecuniária, tais como adicional por tempo de serviço, licença-prêmio, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, horas extras, férias, entre outros previstos na legislação em vigor.”

Universidades podem perder R\$ 300 milhões em 2018

Embora tenham autonomia de gestão financeira e administrativa, as universidades estaduais paulistas podem ser diretamente atingidas pelo PL 920/2017, aprovado em 14/12. Se o governo aplicar a regra prevista no projeto – correção dos investimentos pela inflação do ano anterior – Unesp, Unicamp e USP podem perder valores significativos em 2018 e 2019.

Pela regra vigente, a base de repasse para as universidades está fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em 9,75% da cota parte do Estado no ICMS. “Historicamente, o ICMS do Estado sempre cresceu mais do que a inflação”, explica o presidente

da Adunicamp, Paulo César Centoducatte. Foi assim em 2017 e esta é a previsão para 2018.

Ele detalha que, no período de 1999 a 2016, o ICMS cresceu mais de 390%, enquanto a inflação calculada pelo IPCA cresceu pouco mais de 220%. A expectativa é que o crescimento do ICMS seja 3% superior à inflação em 2017 e até um pouco mais em 2018.

Caso o governo aplique o previsto no “PL da maldade”, as universidades podem perder cerca de R\$ 300 milhões no próximo ano. Ou seja, os problemas de financiamento que as atingem há anos, exaustivamente denunciados pelo Fórum das Seis há décadas, podem se agravar ainda mais.



Em <https://youtu.be/hBT17DrNNKk>, você acessa vídeo que os professores João da Costa Chaves Júnior e Paulo Cesar Centoducatte, respectivamente da Adunesp e da Adunicamp, explicando como o PL 920, aprovado em 14/12, pode prejudicar as universidades estaduais e o Centro Paula Souza.

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

PRECISAMOS BARRAR O PL 920/17 DE ALCKMIN!

NADA DE ARROCHO!

12/12, a partir das 14h, na Alesp

O governo Alckmin enviou para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) o projeto de lei 920/2017, que prevê a renegociação da dívida paulista com a União e o congelamento dos gastos do governo por dois anos. Para fazê-lo, Alckmin inspirou-se na Emenda Constitucional nº 95 – a “PEC do fim do mundo” –, aprovada pelo governo Temer, que congela os investimentos públicos por 20 anos.

Como exigência para ampliar o prazo de pagamento da dívida, o governo paulista aceita as contrapartidas colocadas pelo governo Temer, que implicam, na prática, o congelamento de salários, a proibição de reajustes, a reposição de aposentados e falecidos, agravando a precarização do

URGENTE
ALCKMIN (PSDB)
QUER VOTAÇÃO
DO PL 920/17
NA TERÇA (12/12)

Todos na Alesp para impedir o desmonte do funcionalismo público de SP

A partir das **14h**
Av. Pedro Álvares Cabral, 201
Ibirapuera

Logos: CUT, CTB, NCS, INTERSINDICAL, PÚBLICA, CSP

trabalho e dos serviços públicos. O PL 920 permite, ainda, que a contribuição previdenciária dos funcionários públicos seja aumentada de 11% para 14%.

Caso seja aprovado, a população também será prejudicada, devido ao congelamento pelos próximos dois anos de investimentos em educação, saúde, segurança e transporte.

Por tudo isso, é preciso barrar o PL 920. A partir de terça-feira (12/12), às 14 horas, diversos setores do funcionalismo estarão na Alesp (Av. Pedro Álvares Cabral, 201, Ibirapuera, São Paulo, SP), para protestar e pressionar os

deputados pelo arquivamento do PL 920.

Participe, divulgue, apoie essa luta!

Chega de arrocho! Arquiva o 920, já!

Adusp convida

**Debate no
dia 12/12,
10h30**

**Orçamento do Governo do Estado de São Paulo:
Ensino Superior, Ciência e Tecnologia**

Deputado Carlos Neder

Membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação da Assembleia Legislativa Paulista
Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas no Estado de São Paulo.

**Terça-feira, 12 de dezembro, às 10h30
Sala de Vídeo da História - FFLCH**

GREVE NACIONAL contra a reforma da Previdência dia 5/12

Servidor: Pare e proteste, ou abra mão de sua aposentadoria!

O Congresso Nacional prepara-se para colocar em votação uma das “prioridades” do governo Temer: a reforma da Previdência. A expectativa é que o novo projeto enviado à Câmara dos Deputados pelo governo, com algumas poucas mudanças em relação ao original, seja votado ainda em dezembro, possivelmente no dia 6.

A nova proposta é mais perversa que a anterior, especialmente para os servidores públicos. E, ao contrário da propaganda mentirosa do governo, não corta privilégios, como as altas aposentadorias dos parlamentares, e ataca apenas a classe trabalhadora, que terá de trabalhar mais, ganhar menos e, se quiser receber o valor integral da aposentadoria (no limite do teto), deverá contribuir durante 40 anos!

A reforma da Previdência é a última grande investida deste governo, que chegou a Brasília no final de agosto de 2016 por meio de um golpe parlamentar-midiático, com uma missão clara: colocar em prática as reformas e mudanças há muito reclamadas pelos grandes empresários, banqueiros e latifundiários, os grandes patrocinadores desse processo. Sucessivamente, foram aprovadas pelo Congresso Nacional medidas como a PEC do Teto (redução drástica dos investimentos nos serviços públicos durante 20 anos), reforma trabalhista, liberação total da terceirização, reforma do Ensino Médio, perdão das dívidas milionárias das empresas junto à Receita e ao INSS – sem nenhum limite ou teto –, entre outras.

Greve nacional

Reunidas em 24/11/2017, as centrais sindicais lançaram um chamado unitário para uma **GREVE NACIONAL** em 5/12, contra a nova proposta de desmonte da Previdência Social e de



construção e fortalecimento dos sistemas bancários de previdência privada.

O Fórum das Seis convoca as categorias das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza a participarem ativamente desta paralisação nacional. As entidades sindicais devem realizar assembleias para que as categorias decidam sobre a forma de adesão a este movimento. Estão sendo preparadas grandes manifestações nas capitais e, também, atividades nos demais municípios.

O que muda

Os principais pontos da nova proposta de reforma da Previdência são:

Idade mínima

- Trabalhadores privados (urbanos) e servidores públicos: 62 anos para mulheres e 65 para homens. A exceção é para professores (60 anos), policiais e quem trabalha em “ambientes nocivos à saúde” (55 anos). Para pessoas com deficiência, não há idade mínima.

Tempo mínimo de contribuição

- Trabalhador privado (aqui também se encaixam os servidores celetistas): 15 anos (para a aposentadoria parcial).
- Servidor público: 25 anos para aposentadoria parcial.

Cálculo da aposentadoria

- Se aposentar-se com 15 anos de contribuição (respeitando a idade mínima), o trabalhador privado receberá somente 60% da média das suas contribuições (no limite do teto). Esse percentual vai aumentando lentamente, e só será de 100% da média após 40 anos de contribuição.

- No caso do servidor público, se tiver a idade mínima e 25 anos de contribuição, já poderá se aposentar, mas com um

provento de 70% da média das contribuições que fez ao longo da vida. Para chegar aos 100% (no limite do teto), também precisará contribuir 40 anos. O texto é nebuloso e deixa dúvidas sobre como ficariam os direitos dos servidores – em relação à integralidade e à paridade – que ingressaram antes de 2003.

Pensão por morte

A nova versão da reforma mantém o limite de 2 salários mínimos para quem acumular pensão por morte e aposentadoria. A pensão por morte deixa de ser integral, passando a 50% do valor do benefício do segurado falecido + 10% por dependente.

Servidores, os mais atacados

Como se viu no tópico acima, os servidores são os mais prejudicados com a reforma. A campanha mentirosa que o governo paga para veicular na grande imprensa procura mostrá-los como “privilegiados” em relação aos que trabalham na iniciativa privada. Mas não diz que:

- 1) Os servidores que ingressaram depois de 2003 já não têm direito à integralidade e nem à paridade (mesmo salário da ativa ao se aposentar);
- 2) Os servidores já são submetidos à ida-

de mínima para aposentar: 60 anos para homens e 55 para mulheres. A exceção são os professores (5 anos menos);

3) Os servidores não têm Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ao se aposentar, direito garantido na iniciativa privada.

A farsa dos números

A última campanha em defesa da reforma da Previdência custou aos cofres públicos R\$ 20 milhões. Isso sem falar nos milhões utilizados para “convencer” os deputados reticentes (preocupados com a proximidade das eleições de 2018) a votar a favor da reforma. Como se trata de uma emenda à Constituição, são necessários 308 votos para aprovação.

O grande argumento do governo (para o público não parlamentar) é a existência de um “buraco” nas contas da Previdência (que teria chegado a R\$ 149 bilhões em 2016), o que é rebatido por economistas sérios e independentes. Para a maioria dos parlamentares, o ar-

gumento real é a liberação de recursos às suas emendas, para cacifá-los em seus redutos eleitorais. Para os seus patrocinadores, a renúncia fiscal (isenção de impostos às grandes empresas), que somente em 2016 foi de R\$ 271 bilhões.

Dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (Anfip) e da CPI do Senado mostram que, historicamente, a Seguridade Social sempre teve *superávit*, ou seja, seus gastos foram **menores** do que o arrecadado para esse fim. No entanto, a partir de 2016, com a manobra da DRU (Desvinculação de Receitas da União), parte dos recursos da Seguridade Social (30%) passou a ser desviada para outros setores do governo. Somem-se a isso a desoneração fiscal e a inadimplência (impostos devidos e não pagos) dos grandes

empresários, e chegamos ao tal “buraco” das contas da Previdência.

Com a reforma, o governo fala em economizar R\$ 480 bi em 10 anos, mas não fala em cobrar a dívida das empresas com o INSS, que é de R\$ 450 bi.

A aposentadoria deles e a nossa: Quanta diferença!



Segue a luta contra o PL 920/17, o “PL da maldade” de Alckmin

A pressão dos servidores públicos, organizados em suas entidades, já produziu alguns resultados em relação ao projeto de lei 920/2017, o “PL da maldade”, enviado pelo governador Alckmin à Assembleia Legislativa em 5/10. O projeto prevê a renegociação da dívida paulista com a União e congelamento dos gastos do governo por dois anos.

Em audiência pública sobre o PL 920, em 26/10, deputados governistas, certamente vislumbrando os estragos eleitorais em suas carreiras, fizeram críticas ao governador. Barros Munhoz, líder do governo na Alesp, apresentou uma proposta de emenda Aglutinativa ao PL 920, na qual procura criar algumas salvaguardas ao funcionalismo. Porém, as entidades apontam que mesmo estas “salvaguardas” são dúbias no texto de Munhoz. Além do mais, elas são contrárias a que se cortem gastos estruturais nos serviços públicos, pois isso significará prejuízo para toda a população, com piora na educação, saúde, segurança, justiça etc. Por isso, a luta pela retirada do “PL da maldade” continua.

Campanha de e-mails

O Fórum dos Servidores Paulistas está organizando uma campanha de e-mails aos deputados paulistas, contra o PL 920. A ideia é mostrar-lhes que estamos de olho e, se aprovarem o “PL da maldade”, terão o troco nas eleições. A proposta de e-mail é essa:

Assunto: Mensagem importante sobre o PL 920

Senhora Deputada, Senhor Deputado,

O Projeto de Lei (PL) 920/2017, encaminhado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) em 5/10, para ser deliberado em regime de urgência pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), baseia-se na renegociação da dívida do Estado com a União, conforme a Lei Complementar Federal 156/2016, aceitando as contrapartidas colocadas pelo governo Temer para ampliar o prazo de pagamento da dívida de São Paulo, limitando as despesas primárias do orçamento estadual por dois anos.

Tais contrapartidas, se aprovadas, trazem consequências drásticas para o funcionalismo público, pois implicam, na prática, o congelamento de salários, a proibição de reajustes, a reposição de aposentados e falecidos, agravando a precarização do trabalho e dos serviços públicos. O PL 920 permite, ainda, que a contribuição previdenciária dos funcionários públicos seja aumentada de 11% para 14%.

Caso seja aprovado, a população também será prejudicada, devido ao congelamento pelos próximos dois anos de investimentos em educação, saúde, segurança e transporte.

Diante desta perspectiva, exortamos os Senhores(as) Deputados(as) contribuírem para que o PL 920 **seja retirado de pauta** e, caso o Executivo insista em mantê-lo, que votem **não**.

E é importante lembrar: 2018 é ano eleitoral, e não serão bem vistos aqueles que mantiverem sua atuação e seu voto em desfavor da população paulista!

São Paulo, novembro de 2017

Para acessar a lista atual de e-mails dos deputados estaduais paulistas, organizada em três blocos, para facilitar o envio coletivo, clique em: <https://goo.gl/goiVxJ>

Na esteira das reformas que vêm de Brasília, 'PL da maldade' de Alckmin pode ser devastador para o serviço público paulista

*É hora de reagir! Fórum indica **rodada de assembleias** para categorias definirem participação nos dias de mobilização em 27/10 e 10/11*

Reunidas nesta terça-feira, 17/10, as entidades que compõem o Fórum das Seis debateram a situação das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza à luz da conjuntura política atual.

O governo golpista que se instalou em Brasília em meados de 2016, embora mergulhado num oceano de corrupção e com taxas de rejeição que beiram os 100%, tem cumprido à risca a missão que lhe foi conferida pelos grandes empresários, banqueiros e latifundiários, que é a destruição do arcabouço mínimo de proteção à classe trabalhadora presente na Constituição de 1988. Já foram aprovadas a reforma trabalhista, a lei que permite a ampliação da terceirização, a reforma do ensino médio. Em "gestação", estão a reforma da Previdência e o projeto de lei que permite a demissão de funcio-

nários públicos "mal avaliados".

Soma-se a esse bombardeio federal uma "importante" contribuição de Geraldo Alckmin, com o projeto de lei (PL) 920, já batizado de "PL da maldade", enviado à Assembleia Legislativa em 5/10/2017 (*veja detalhes a seguir*). Trata-se, entre outras coisas, de promover a destruição do serviço público de qualidade no Brasil, e o governador do estado de São Paulo está fazendo a sua parte.

Os trabalhadores brasileiros, organizados em suas entidades de classe, entre eles os funcionários públicos paulistas, vão resistir e lutar contra o sucateamento do serviço público, com a responsabilidade de quem sabe da relevância que tem a concretização do exercício do direito à saúde, à educação e à seguridade social, além de outros que foram conquistados com mui-

ta luta e com o sacrifício de gerações de brasileiros. Agora é a nossa vez de lutar para mantê-los. Precisamos impedir que nossos filhos e netos sejam condenados a viver em um mundo muito pior do que este em que vivemos até agora.

É hora de reação!

O Fórum das Seis orienta as entidades a realizarem assembleias de base para debater e definir a participação nestas duas propostas de luta:

27/10/2017: As centrais sindicais e entidades do funcionalismo paulista convocam um "**Dia de Mobilizações e Paralisações do Funcionalismo no estado de São Paulo**" para 27/10, que é véspera do Dia do Servidor Público. O objetivo é impedir o andamento do PL 920 e denunciar os ataques que os



Plenária do Funcionalismo Paulista na Alesp, em 17/10/2017





serviços públicos e os servidores vêm sofrendo. Estão sendo programadas manifestações em diferentes pontos do estado e um grande ato na Avenida Paulista, em São Paulo, em frente ao escritório da Presidência da República, a partir das 16h.

A indicação do Fórum das Seis

é que as categorias das universidades e do Centro Paula Souza se insiram nas atividades em suas regiões, se possível aprovando a paralisação neste dia.

10/11/2017: As centrais sindicais e entidades do serviço público e privado também estão organizando um novo “Dia Nacional de Luta e Defesa dos Nossos Direitos” para 10/11, com gre-

ves, paralisações e manifestações.

A indicação do Fórum das Seis é que as categorias discutam nas assembleias de base sobre a importância e a viabilidade de adesão a esta data. As propostas das assembleias serão avaliadas em nova reunião do Fórum das Seis no dia 30/10, de modo a definir uma orientação conjunta para as universidades e o Centro Paula Souza.

PL da maldade

Início da mobilização força Alckmin a retirar urgência do PL 920

Na tarde de 17/10, os representantes do Fórum participaram de uma plenária aberta do funcionalismo paulista. O auditório Franco Montoro, na Alesp, ficou lotado com servidores de dezenas de categorias do serviço público. Pouco antes, representantes das centrais sindicais haviam sido recebidos no Colégio de Líderes – instância da Alesp que reúne lideranças de todos os partidos. Os deputados receberam uma pauta geral de reivindicações do funcionalismo paulista, entre elas a retirada do PL 920/2017, e cobraram a realização de uma audiência com o governador.

A mobilização na Alesp já produziu um primeiro e importante fruto, que foi a retirada do caráter de “urgência” na tramitação do PL 920/2017.

Durante a plenária, foi reafirmada a importância da participação massiva das categorias do funcionalismo nas atividades de 27/10, “Dia de Mobilizações e Paralisações do Funcionalismo no estado de São Paulo”, e em 10/11, no “Dia Nacional de Luta e Defesa dos Nossos Direitos”. Várias categorias – como os professores estaduais – já aprovaram paralisações.

Obs: Confira a intervenção do Fórum das Seis durante a plenária no link <https://youtu.be/VLsIwIXeamM>

O que diz o PL 920/2017

O PL da maldade determina que “o Estado de São Paulo terá que estabelecer limitação, aplicável nos dois exercícios subsequentes à celebração

dos aditamentos, do crescimento anual das despesas primárias correntes, exceto transferências constitucionais a Municípios e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por outro que venha a substituí-lo”.

O PL formaliza a renegociação da dívida de São Paulo com a União, ampliando o prazo de pagamento. Em contrapartida, o estado se compromete a cumprir as exigências do governo federal que implicam em limitação drástica dos investimentos em saúde, educação etc., congelamento de salários e de evolução funcional, entre outros ataques ao funcionalismo paulista. A medida segue os moldes do congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos proposto pelo governo ilegítimo de Michel Temer (EC 95), e chega numa conjuntura em que os serviços públicos estaduais sofrem

com o sucateamento e os servidores com o arrocho salarial.

Para as universidades estaduais paulistas, a aprovação do PL 920 pode fornecer ao governador uma justificativa legal para o restringir a aplicação do repasse (atualmente em 9,57% do ICMS, quota-parte do Estado), o que agravaria ainda mais os problemas de financiamento destas instituições.

Temos que somar forças ao conjunto do funcionalismo paulista e derrubar o PL da maldade com a nossa luta!

Em anexo a este boletim do Fórum das Seis, segue o boletim “Se é público, é para todos. Se é privado, é para poucos”, material produzido pelas centrais sindicais e que pode ser distribuído à população de São Paulo para alertar sobre os riscos do sucateamento e privatização das empresas públicas.

Já está circulando uma edição do Jornal do Fórum das Seis com as seguintes temáticas:

- Salariômetro mostra tamanho das perdas desde 2015
- Crise de financiamento: Razões e ações
- Reação do funcionalismo ao PL 920/2017, o “PL da maldade” de Alckmin
- Cotas nas estaduais paulistas
- O novo curso de Medicina em Bauru



*LDO aprovada***Pressão da comunidade conquista avanços tímidos para 2018. Luta por ampliação de recursos vai prosseguir**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2018) foi aprovada com 56 votos favoráveis e 9 contrários. A votação em plenário, realizada na noite de quarta-feira, 5/7/2017, levou em conta o relatório do deputado Edmir Chedid (DEM), aprovado na manhã do mesmo dia na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP).

Já há várias semanas os representantes do Fórum das Seis faziam marcação cerrada sobre Chedid e outros parlamentares da CFOP, inclusive com a realização de uma manifestação em 28/6, explicando a necessidade de ampliar recursos para as universidades estaduais paulistas e para o Centro Paula Souza (Ceeteps).

Uma das reivindicações defendidas pelos sindicatos chegou a ser incluída no relatório de Chedid, mas acabou sendo retirada por pressão direta do governador Geraldo Alckmin. Trata-se da correção da manobra feita pelo governo, que retira vários itens da base de cálculo do ICMS, antes do repasse feito às universidades. A inclusão da expressão “do total do produto” logo após os “9,57%” foi vetada pelo governador.

As demais reivindicações – como o aumento do índice para as universidades e a dotação orçamentária para o Ceeteps – sequer foram cogitadas.

A única novidade na LDO-2018 é a inserção de um item no Artigo 5º, que trata das universi-

dades (veja no quadro no verso), garantindo o repasse do “valor correspondente à participação das Universidades Estaduais no produto da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural na proporção de suas respectivas insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 16.004, de 23 de novembro de 2015”.

De acordo com o deputado Barros Munhoz, líder do governo na Alesp, esse repasse deverá ficar em torno de R\$ 150 milhões a R\$ 200 milhões em 2018. No entanto, é importante lembrar que, só em 2016, a insuficiência financeira custou, segundo dados fornecidos pelas reitorias, R\$ 1,69 bi para as três universidades estaduais paulistas, com perfil de crescimento ano a ano.

Avanços tímidos

Embora extremamente tímido frente às necessidades das universidades estaduais paulistas, o repasse destes “royalties”, como são chamados estes recursos, somente foi garantido na LDO-2018 pela mobilização da comunidade universitária, organizada no Fórum das Seis. Apesar de ter apresentado emenda à LDO-2018 – de aumento do per-



Representantes do Fórum das Seis falam durante reunião da CFOP, em 5/7/2017





centual de repasse para 9,95% do total do produto do ICMS-QPE – as reitorias pouco atuaram na luta por mais verbas, com exceção da reitoria da Unesp, presente em diversos momentos na Alesp.

A luta não pode parar

Os poucos avanços conquistados na LDO-2018 não dão conta da grave crise de financiamento imposta às universidades estaduais. Não solucionadas, as razões que levaram à crise continuarão produzindo seus efeitos nefastos sobre estas instituições e ameaçando sua sobrevivência. São elas:

- A expansão sem recursos perenes,

especialmente a partir dos anos 2000.
- A retirada de vários itens da base de cálculo da quota-parte do estado antes do repasse dos 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para Unesp, Unicamp e USP. De 2014 a 2016, por exemplo, o prejuízo das universidades com esse procedimento foi de cerca de R\$ 1 bilhão.

- A insuficiência financeira: o governo não cumpre o previsto na Lei Complementar 1.010/2007, que criou a SPPrev. De acordo com a lei, cabe ao estado pagar a diferença entre o que é arrecadado de empregados e empregadores e o valor total da folha de aposentados e pensionistas. As universidades têm arcado com essa diferença, que atualmente corresponde a 20% do total de recursos destas instituições, provenientes do

ICMS (em torno de R\$ 1,6 bilhão nas três universidades).

O Fórum das Seis conseguiu agendar uma audiência com o secretário da Fazenda do estado, Hércio Tokeshi, para 27/7. O objetivo é expor a ele em detalhes a questão da insuficiência financeira e cobrar soluções.

O Fórum das Seis se reunirá em 11/7 para discutir a melhor forma de lançar uma ampla campanha em defesa das universidades públicas paulistas e do Centro Paula Souza (SOS Universidade), denunciando a situação pré-falimentar em que se encontram essas instituições. Na reunião, também serão elaborados os indicativos para a continuidade da luta conjunta em defesa do sistema superior público de ensino paulista.

Como ficou o item das universidades na LDO-2018

Artigo 5º – Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 2018, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar, no mínimo, o percentual global de 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota-Parte do Estado, no mês de referência.

§ 1º – À arrecadação prevista no “caput” deste artigo serão adicionados:

1) 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, da energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizadas;

2) o valor correspondente à participação das Universidades Estaduais no produto da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás

natural na proporção de suas respectivas insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 16.004, de 23 de novembro de 2015.

§ 2º – Em havendo disponibilidade financeira, o Poder Executivo poderá dar continuidade ao programa de expansão do ensino superior público em parceria com as Universidades Estaduais.

§ 3º – O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda, publicará no Diário Oficial e disponibilizará no portal da transparência, trimestralmente, demonstrativo dos repasses para as Universidades Estaduais, contendo a receita prevista e a realizada a cada mês.

§ 4º – As Universidades Estaduais publicarão no Diário Oficial, trimestralmente, e disponibilizarão em seus portais de internet relatório detalhado contendo os repasses oriundos do Estado e as receitas de outras fontes, os cursos e o número de alunos atendidos, bem como as despesas efetuadas para o desempenho de suas atividades, incluindo a execução de pesquisas.

Após a expansão sem recursos perenes, as manobras na hora do repasse e da insuficiência financeira...

A luta agora é por ampliar recursos para as universidades e o Ceeteps

Ato na Alesp foi passo importante na luta pela inclusão das emendas do Fórum das Seis ao relatório da LDO-2018

Servidores técnico-administrativos, docentes e estudantes de várias partes do estado compareceram à Assembleia Legislativa (Alesp) em 28/6/2017 para participar de um ato público organizado pelo Fórum das Seis. No auditório Franco Montoro, eles assistiram exposições feitas pelos representantes dos sindicatos, que explicaram as razões da crise de financiamento que se abate sobre as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (Ceeteps). Integraram a mesa: João Chaves (Adunesp), Marcílio Ventura (STU), Adriana Tufaille (Adusp), João Carlos Camargo de Oliveira (Sintunesp), Denise Rykala (Sinteps), Alexandre Pariol (Sintusp), Paulo César Centoducatte (Adunicamp) e André Henrique Rosa (representante da reitoria da Unesp).

Centoducatte apresentou um resumo das três razões centrais da crise. No caso das universidades:

- A expansão sem recursos perenes, especialmente a partir dos anos 2000.

- A retirada de vários itens da base de cálculo da quota-parte do estado antes do repasse dos 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para Unesp, Unicamp e USP. De 2014 a 2016, por exemplo, o prejuízo das universidades com esse procedimento foi de cerca de R\$ 1 bilhão.



Manifestantes no auditório Franco Montoro, em 28/6

- A insuficiência financeira: o governo não cumpre o previsto na Lei Complementar 1.010/2007, que criou a SPPrev. De acordo com a lei, cabe ao estado pagar a diferença entre o que é arrecadado de empregados e empregadores e o valor total da folha de aposentados e pensionistas. As universidades têm arcado com essa diferença, que atualmente corresponde a 20% do total de recursos destas instituições, provenientes do ICMS.

Falando em nome da coordenação do Fórum das Seis, Chaves destacou que as universidades públicas paulistas estão diante de um colapso iminente. “Não temos a garantia de receber o 13º salário na Unesp, não há contratações de servidores docentes e técnico-administrativos para suprir o quadro já há muito defasado das três

universidades, nossas carreiras estão suspensas e nossas condições de trabalho cada vez mais deterioradas”, disse.

“Estamos muito próximos da situação das universidades estaduais do Rio de Janeiro, o que pode ocorrer em alguns meses, caso a Alesp e o governo Alckmin não tomem as providências que lhes cabem, ampliando os recursos necessários para a sobrevivência das nossas universidades em 2018, e aportem os recursos imprescindíveis para fecharmos o ano de 2017”, alertou. Chaves frisou, ainda, que estamos num momento gravíssimo e que é urgente toda a comunidade universitária se mobilizar. “Se deixarmos para depois, as perdas podem ser irreparáveis e talvez não seja mais





possível reverter o quadro de destruição das nossas universidades e, conseqüentemente, do sistema superior público de ensino paulista.”

Os representantes do Fórum também destacaram a situação difícil do Ceeteps, que mantém as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs). Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo o ano, é o governador que decide quanto de recursos receberá no ano seguinte. A instituição também passou por uma enorme expansão: das 100 unidades que tinha em 2002, cresceu para 286 (220 ETEC e 66 FATEC), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com cerca de 290 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa expansão não veio acompanhada dos recursos públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários, bem como da infraestrutura física e laboratorial.

Convidados

O Fórum das Seis convidou todos os deputados estaduais, as reitorias das universidades e a supe-

rintendência do Ceeteps. Somente a Unesp enviou representante, o professor André Henrique Rosa. Ele frisou a necessidade de mais recursos para as universidades, alertando para o fato de a Unesp ainda não ter provisionado o 13º salário deste ano.

Carlos Giannazi (PSOL) foi o único parlamentar presente. Ele reforçou seu apoio às emendas apresentadas pelo Fórum e disse que o orçamento do estado é um campo de disputa política. “Basta ver como Alckmin continua generoso em seus programas de isenção de impostos e parcelamento de dívidas para os grandes empresários”, criticou o deputado, lembrando que a proposta do governo para 2018 prevê uma isenção fiscal da ordem de 11,2% do orçamento, cerca de R\$ 15 bilhões. “Daria para manter mais uma USP, uma Unesp e uma Unicamp.”

Como tramita

Na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2018) enviada pelo governo à Alesp não há nada a mais para as universidades além dos 9,57% do ICMS Quota-Parte do Estado.

A proposta tramita na Comissão de Finanças e Orçamento (CFOP)

e seu relator é o deputado Edmir Chedid (DEM), que tem a prerrogativa de inserir emendas no texto. O relatório precisa ser aprovado na CFOP para, depois, seguir ao plenário da Assembleia Legislativa, onde ocorrerá a votação final.

Na semana de 3 a 7 de julho, estão previstas várias reuniões da CFOP e o relatório pode ser apresentado e aprovado a qualquer momento. Representantes das entidades que compõem o Fórum acompanharão todas as reuniões.

Pressão no secretário da Fazenda

Na manhã de 28/6, aconteceu mais uma reunião da CFOP, com a presença do secretário da Fazenda, Hélcio Tokeshi. Representantes do Fórum das Seis conseguiram o uso da palavra e expuseram a situação das universidades e do Ceeteps. Em especial, a questão da insuficiência financeira ganhou destaque. Questionado, o secretário alegou desconhecimento do assunto, mas disse publicamente estar disposto a receber o Fórum para discutir a questão.

A coordenação do Fórum já solicitou formalmente a reunião.

Envie e-mails aos deputados e cobre mais recursos para as universidades estaduais e o Ceeteps

O Fórum das Seis conclama a comunidade a pressionar os deputados paulistas a votarem **SIM** às emendas que pedem mais recursos para o conjunto da educação pública paulista, as universidades estaduais e o Centro Paula Souza. Uma forma é enviar *e-mails* a eles. Ao lado, veja proposta de texto (basta copiar e colar no corpo do *e-mail*). A lista dos endereços dos parlamentares está disponível no *site* de sua entidade e também segue anexa a este boletim.

Prezados/as deputados/as de São Paulo,

Tramitam nesta casa importantes propostas de mudanças na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2018, que serão decisivas para estancar e reverter a propalada “crise financeira” – que na verdade se trata de uma crise de financiamento – das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

Como parte da comunidade acadêmica, venho somar minha voz às vozes de milhares de professores, trabalhadores e estudantes que se mobilizam em defesa destas importantes instituições e conclamar os senhores deputados e senhoras deputadas a se posicionarem e a votarem favoravelmente às mudanças sugeridas nas referidas propostas. Sem financiamento adequado poderemos rapidamente chegar à mesma situação limite por que passam a UERJ e outras universidades estaduais.

Atenciosamente,

Nome completo
RG



Após as mobilizações de 30/6

Ampliar a luta contra as reformas



Ato na Av. Paulista,
em São Paulo

As paralisações e manifestações que tomaram conta do país em 30 de junho foram mais uma demonstração da indignação popular contra as reformas articuladas pelo governo moribundo de Michel Temer.

Mesmo diante do recuo de algumas centrais sindicais, como a Força Sindical e a UGT, o movimento foi forte e deu seu recado. Assim como ocorreu em 15 de março, Dia de Luta contra as Reformas, e na primeira greve geral (em 28 de abril), a adesão em 30 de junho foi expressiva nas universidades estaduais paulistas e

no Centro Paula Souza (que mantém as escolas técnicas/ETECs e faculdades de tecnologia/FATECs).

Agora, é preciso que as centrais sindicais apontem a continuidade das mobilizações como única forma de evitar a destruição da aposentadoria e dos direitos trabalhistas. Atolado até o pescoço com denúncias de corrupção, Temer insiste em acelerar a tramitação das reformas exigidas pelos grandes empresários que o conduziram ao Palácio do Planalto no golpe de 2016 e o mantêm no poder.

Solidariedade aos companheiros da UERJ

Os servidores docentes e técnico-administrativos da UERJ estão convivendo com péssimas condições de trabalho, ainda não receberam o 13º salário de 2016 e têm seus salários pagos com atraso e parceladamente há meses. Essa situação precária é fruto dos cortes orçamentários e da falta de recursos que se abatem sobre a Universidade.

Em solidariedade aos companheiros, o Fórum das Seis conclama a comunidade da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza a engrossarem a campanha deflagrada pelo AnDES Sindicato Nacional. No quadro ao lado, confira os detalhes e veja como ajudar.

FUNDO DE SOLIDARIEDADE

Participe da campanha do ANDES-SN em solidariedade aos docentes das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro (Uerj, Uenf e Uezo).

Junto a mais de 200 mil servidores do estado, os docentes estão sem receber salário há meses e sem o 13º do ano passado.

Contra os ataques do governo. Fora Pezão!



Doações, de qualquer valor:

Banco do Brasil

Agência: Postalís 2883-5

Conta Corrente: 403727-8

CNPJ do ANDES-SN: 000676296/0001-65

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

28/6 é dia de luta por mais recursos às universidades públicas paulistas e ao Ceeteps

Todos à manifestação pública organizada pelo Fórum das Seis na Alesp

Até o final deste mês, deve ser votada na Assembleia Legislativa (Alesp) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2018). É nela que são definidos os recursos destinados a todos os setores do serviço público paulista no próximo ano, entre eles as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis apresentou propostas de emendas ao projeto de LDO enviado à Alesp pelo governo estadual. Para serem votadas em plenário, estas emendas precisam constar no relatório da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), cujo relator é o deputado Edmir Chedid/DEM. A CFOP é composta, também, pelos seguintes deputados: os titulares Celso Giglio, Marco Vinholi, Vaz de Lima (PSDB), Ênio Tatto, Teonílio Barba (PT), Orlando Bolçone (PSB), Edson Giriboni (PV), Cássio Navarro (PMDB), Wllington Moura (PRB)



e Davi Zaia (PPS), os suplentes Carlão Pignatari, João Caraméz, Roberto Engler (PSDB), João Paulo Rillo (PT), Professor Auriel (PT), Cezinha de Madureira (DEM), Ed Thomas (PSB), Roberto Tripoli (PV), Jorge Caruso (PMDB), Milton Vieira (PRB) e Fernando Cury (PPS).

Um momento importante neste processo acontecerá na quarta-feira, 28/6/2017. Neste dia, o Fórum vai realizar uma manifestação pública para pressionar os deputados a votarem por mais recursos para a educação pública paulista. A atividade terá início às 14h (com concentração às 13h), no auditó-

rio Franco Montoro. Sua participação é muito importante!

Leia mais sobre as nossas reivindicações na LDO-2018 nas páginas seguintes deste boletim.

Envie mensagem aos deputados

Além de participar da manifestação na Alesp em 28/6, a comunidade pode pressionar os deputados por outras vias, seja visitando os de cada região, seja enviando *e-mails* a todos, pedindo apoio às emendas do Fórum das Seis.

Em anexo a este boletim, segue arquivo com proposta de texto e lista de endereços dos deputados estaduais paulistas. Esse material também pode ser encontrado no *site* das entidades.

Nenhum direito a menos

Nova greve geral em 30/6 é passo decisivo na luta contra as reformas

Em meio à gigantesca crise que o envolve, o governo Temer tenta mostrar ares de normalidade e mantém o calendário de votação de duas das principais reformas defendidas pelo empresariado que bancou sua chegada ao Planalto: a trabalhista e a previdenciária. Mas essa não é uma tarefa simples.

Acuado pelas denúncias diárias de corrupção e pelo descontentamento popular (apenas 7% de aprovação, se-

gundo pesquisa DataFolha divulgada em 24/6), o governo atravessa momento crítico. No dia 20/6, o projeto de reforma trabalhista (PLC 38/2017) sofreu uma primeira derrota, sendo rejeitado pela Comissão de Assuntos Sociais por 10 votos a 9, graças aos votos não só dos senadores do PT, PCdoB, Rede e PSB, mas também de senadores de partidos governistas, como PSDB, PSD e PMDB. O projeto, entretanto, segue em

tramitação e pode ser votado pelo plenário do Senado no começo de julho.

Neste quadro, o aumento da mobilização popular é decisivo. Após as grandes manifestações de março, a greve geral de 28/4 e o histórico ato em Brasília em 24/5 (com mais de 100 mil pessoas), as centrais sindicais estão



convocando um novo dia de greve geral para 30/6, próxima sexta-feira.

Adesão

Os sindicatos que compõem o Fórum das Seis estão convocando a greve geral de 30/6 nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza. A adesão já foi aprovada em várias assembleias de base.

Calendário

Reunidas em 23/6, as centrais sindicais divulgaram as seguintes ativi-

dades para a semana da greve:

- **27/6:** Audiência dos presidentes das centrais sindicais no Senado;
- **27 a 29/6:** Atividades nos aeroportos, nas bases dos senadores e no Senado Federal;
- **30/6:** Vamos parar o Brasil contra a reforma trabalhista, em defesa dos direitos e da aposentadoria. Fique atento à divulgação dos atos em sua cidade e participe.
- **No dia da votação** da reforma trabalhista no Senado: mobilização em Brasília.



Para entender e mobilizar

A crise de financiamento das universidades estaduais paulistas

Embara tenham dotação orçamentária definida – 9,57% do ICMS–Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE) –, especialmente a partir dos anos 2000 os valores repassados à Unesp, Unicamp e USP mostram-se insuficientes para garantir a continuidade do funcionamento das três universidades estaduais paulistas, que estão entre as melhores instituições de ensino, pesquisa e extensão do país.

Nos últimos anos, a ação dos reitores diante da falta de recursos em muito contribuiu para agravar o problema. Limitando-se a alegar que a folha salarial compromete mais de 100% de seu orçamento, eles foram compensando a falta de recursos com o arrocho salarial e o desmonte das universidades, por meio da não contratação de pessoal, planos de demissão voluntária (como na USP), entre outros. Nesta visão, Unesp, Unicamp e USP estariam vivendo uma “crise financeira”, o que se resolveria com programas de gestão mais “austeros”, com o corte “privilégios” e o enxugamento do quadro de pessoal.

As entidades sindicais, agrupadas no Fórum das Seis, vêm demonstrando que essa versão é falaciosa, com resultados desastrosos para as universidades, e que a falta de recursos que as assola não se caracteriza como “crise financeira”, mas

sim de financiamento. Neste texto, você verá os motivos da crise de financiamento, todos de responsabilidade do governo estadual:

1) Confisco na implantação da autonomia

Quando o governador Quéricia publicou o Decreto nº 29.598, de 2/2/1989, as universidades estaduais paulistas adquiriram autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, submetendo-se ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme disposto no artigo 207 da Constituição de 1988. Esse decreto também estabelecia que seriam custeadas pelo percentual global de 8,4% da arrecadação do ICMS-QPE no mês de referência. No entanto, segundo avaliação feita pelo Prof. Paulo Renato, reitor da Unicamp à época, as universidades recebiam até então o correspondente a cerca de 11,6% do ICMS-QPE. Assim, o exercício da autonomia universitária começava com uma diminuição substancial dos recursos a elas destinados.

Em 1992, por pressão da comunidade universitária, liderada pelo Fórum das Seis, a Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou o aumento da dotação para 9% do ICMS-QPE. Em 1994,

esse índice foi elevado para os atuais 9,57%, passando a valer em 1995.

Portanto, ao reivindicar o percentual de 11,6% do total do produto do ICMS-QPE para as universidades, o Fórum das Seis apenas pleiteia que elas tenham a mesma dotação vigente antes do advento da autonomia.

2) Expansão sem recursos

O governo estadual promoveu uma expressiva expansão de vagas e cursos nas três universidades, com a implantação de cursos noturnos na segunda metade dos anos 1990, visando cumprir a exigência constitucional de oferecimento de pelo menos 1/3 das vagas no período noturno. E, a partir do início dos anos 2000, de forma mais generalizada, sem distinção entre cursos noturnos e diurnos. Apesar desse grande aumento na demanda, não houve aumento da dotação orçamentária.

A expansão na Unesp, iniciada em 2002, resultou na criação de oito novos campi e 41 cursos. Embora cercada de promessas do então governador Geraldo Alckmin, foi feita sem a injeção de recursos perenes necessários para o seu custeio.

Quando a extinta Faenquil/Lorena, hoje EEL, foi anexada à USP, a promessa



era de aporte de 0,07% da quota-parte do ICMS, o que também não aconteceu.

Para a Unicamp, que criou o campus de Limeira, a promessa foi de 0,05% da quota-parte do ICMS, também “esquecida”.

Portanto, a expansão – que demanda construção de prédios, laboratórios e vias de acesso, a contratação de mais docentes e funcionários técnico-administrativos, o aumento de despesas com manutenção, salários e verbas de permanência estudantil – foi feita sem recursos adicionais perenes.

3) Descontos indevidos

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira do total arrecadado (que deveria ser a base de cálculo), recursos destinados a itens como Habitação, juros de mora e dívida ativa e valores da arrecadação do ICMS distribuídos no programa Nota Fiscal Paulista. De 2014 a 2016, por exemplo, o prejuízo das universidades com esse procedimento foi de cerca de R\$ 1 bilhão.

Importante: nenhum destes descontos é feito quando é realizado o cálculo dos 25% do ICMS que vão para os municípios paulistas, à exceção da Nota Fiscal Paulista.

4) Insuficiência financeira

A integralidade do pagamento dos aposentados e pensionistas das universidades estaduais é descontada dos recursos nelas investidos, ou seja, dos 9,57% do ICMS-QPE.

A insuficiência financeira – definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV), como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – também é custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na mesma lei, que estabelece que “o Estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”.

Em 2016, a insuficiência financeira correspondeu, aproximadamente, a 19,5% dos repasses oriundos do ICMS-QPE (9,57%), realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com



um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, deverá alcançar algo em torno de 30% em 2026.

Assim, recursos significativos das universidades são sequestrados pelo governo, que “interpreta” a lei a seu favor, alegando que estas instituições, como parte do estado, estão obrigadas a cobrir a insuficiência financeira.

Como resolver a crise de financiamento?

Para as universidades estaduais paulistas superarem a atual crise que vivenciam, não é suficiente que haja uma recuperação da economia brasileira. O que se constata é que a atual crise econômica só antecipou em dois ou três anos os efeitos da falta de financiamento que já assolava Unesp, Unicamp e USP, como descrito acima. A solução dos problemas financeiros das universidades passa, necessariamente, pelo seu financiamento adequado, sem o que poderemos rapidamente chegar à mesma situação limite por que passam a UERJ e outras universidades estaduais.

Como vimos, se o governo Alckmin cumprisse a lei – repassando os 9,57% do ICMS-QPE sobre o total do produto arrecadado e arcando com a insuficiência financeira, conforme exige a Lei Complementar 1.010/2007 – o quadro financeiro das universidades estaduais paulistas seria menos grave.

Não aceitamos o discurso de que a ampliação de recursos para as universidades impediria o governo de investir em serviços essenciais nas áreas de saúde, transporte e segurança. Fosse essa a questão, o governo não concederia vultosos volumes em isenções fiscais: o correspondente a 11% do orçamento paulista (cerca de R\$ 14 bilhões) em 2017, e a 11,2% em 2018 (aproximadamente R\$ 15 bilhões), conforme pre-

visto em sua proposta de LDO enviada à Assembleia Legislativa.

Diante disso, o Fórum das Seis protocolou na Alesp uma série de emendas à LDO-2018, que preveem o aumento do índice repassado às universidades e que deixam explícita a obrigação deste índice incidir sobre todo o ICMS-QPE (incluindo a expressão “do total do produto”) e a obrigação do tesouro estadual em arcar com os custos da “insuficiência financeira”.

As emendas do Fórum, que também preveem dotação para o Centro Paula Souza e um total de 33% das receitas para o conjunto da educação pública paulista, foram protocoladas por deputados do PT e do PSOL.

Emenda dos reitores

Após se manterem omissos nos últimos anos, só mais recentemente os reitores parecem ter se dado conta da gravidade da situação e passaram a defender a necessidade de ampliação de recursos para as universidades paulistas. É deles a apresentação de uma emenda à LDO-2018, propondo a ampliação do repasse para 9,95% do total do produto do ICMS-QPE. A emenda do Cruesp foi protocolada por parlamentares da base governista.

A situação do Centro Paula Souza

O Fórum das Seis também protocolou emenda à LDO-2018 solicitando 3,3% do ICMS-QPE para o Centro Paula Souza (Ceeteps), que mantém as Escolas Técnicas (ETEC) e as Faculdades de Tecnologia (FATEC). Diferente das universidades, o Ceeteps não tem dotação própria e, todo o ano, é o governador que decide quanto de recursos a instituição receberá no ano seguinte.

Da mesma forma que nas universidades, porém, o governo ampliou muito o Ceeteps a partir de 2002, quando a instituição tinha 100 unidades. Em 2017, as informações oficiais apontam a existência de 286 unidades (220 ETEC e 66 FATEC), em aproximadamente 300 municípios paulistas, com cerca de 290 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior. Essa gigantesca expansão não veio acompanhada dos recursos públicos necessários, levando a uma precarização crescente dos salários, bem como da infraestrutura física e laboratorial.

Defesa das universidades, dos salários e das condições de trabalho

Fórum convoca manifestação na Alesp em 28/6: FINANCIAMENTO ADEQUADO PARA UNESP, UNICAMP, USP E CEETEPS!

Reunidos em 14/6, os representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis deram informes de suas assembleias de base, que tiveram como pauta a discussão de estratégias de mobilização em defesa do financiamento adequado das universidades estaduais paulistas, das nossas condições salariais e de trabalho. Na maioria das assembleias realizadas, ficou constatada a disposição das categorias em participar de atividades de pressão sobre a Assembleia Legislativa (Alesp) e o governo, para a aprovação das propostas de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2018), por mais recursos para as universidades e o Ceeteps.

A avaliação das entidades é que o arrocho salarial é apenas uma das dimensões do processo de sucateamento das universidades públicas paulistas em curso. Durante a última reunião entre o Fórum das Seis e o Cruesp, os reitores, apoiados em dados das suas assessorias financeiras, afirmaram que esperam um 2018 mais difícil do que este ano de 2017. Lem-

brando que o Cruesp impôs, até agora, reajuste zero, e que a Unesp, além de não ter honrado os míseros 3% de 2016, segundo o reitor Sandro ainda não dispõe de recursos que assegurem o pagamento do 13º salário deste ano. A propósito, o Fórum das Seis reivindicou que sejam publicizados os valores das reservas financeiras das três universidades, bem como os itens com os quais estariam comprometidos, mas até o momento não houve resposta.

Estamos, portanto, diante de uma conjuntura grave, em que os danos impostos às estruturas destas instituições – que estão entre as melhores do país e na linha de frente da produção científica nacional – podem ser irreversíveis.

Após debater os indicativos das assembleias, o Fórum aprovou:

- Convocar as categorias para uma manifestação na Alesp em 28 de junho, quarta-feira, 14h, com o objetivo de pressionar os deputados a debaterem seriamente as propostas de emendas apresentadas pelo Fórum das Seis e

protocoladas por deputados do PT e PSOL (veja box na próxima página).

- Desencadear um movimento “SOS Universidade”, com atividades que divulguem junto à sociedade a importância e as dificuldades enfrentadas pelas estaduais paulistas. A coordenação do Fórum vai preparar um manifesto de lançamento do movimento em breve.

- Divulgar, após a votação da LDO-2018, um “caródromo” (em jornal, cartaz ou outro veículo de comunicação ainda a ser definido), com a posição de cada deputado em relação aos recursos para a educação pública.

Organização do ato

As entidades devem informar à coordenação do Fórum, até o dia 22/6 (quinta-feira), a previsão de participantes para o ato de 28/6, na Alesp. O Fórum volta a se reunir no dia 23/6 para organizar os detalhes da atividade.



Nenhum direito a menos! Toda força na greve geral em 30/6

O Fórum das Seis reforça às categorias a importância de adesão à nova greve geral convocada pelas centrais sindicais - CUT, UGT, Força Sindical, CTB, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas, Intersindical, CSB e A Pública-Central do Servidor – para 30 de junho.

Após as manifestações de março, a greve geral de 28 de abril e a marcha em Brasília em 24 de maio, o objetivo é dar continuidade à luta em defesa dos direitos



sociais e trabalhistas, contra as reformas trabalhista e previdenciária, contra a terceirização e pelo #ForaTemer.

No calendário de luta, as centrais também convocam para o dia 20 de junho o “Esquenta Greve Geral”,

um dia de mobilização nacional pela convocação da greve geral. O Fórum indica às categorias que se somem às atividades previstas em cada cidade, em conjunto com outros sindicatos e movimentos sociais, para este dia.

LDO-2018 tem emendas do Fórum e dos reitores

Todos os anos, o governo estadual envia à Assembleia Legislativa o seu projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) para o ano seguinte, apontando o quanto será investido em cada setor. No caso das universidades estaduais, está prevista uma dotação orçamentária fixa, atualmente em 9,57% da cota-parte do estado (QPE) na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (o ICMS).

Conforme o Fórum das Seis vem denunciando há muito tempo, e recentemente os reitores também concordaram, esse percentual, em vigor desde 1995, mostra-se insuficiente para cobrir o funcionamento das universidades após o expressivo processo de expansão a partir dos anos 2000.

O Fórum reivindica a ampliação do percentual para 11,6% do ICMS-QPE às universidades e dotação



de 3,3% do ICMS-QPE para o Centro Paula Souza (Ceeeps), que mantém as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs).

Para entender melhor como são financiadas as universidades e as razões da crise de financiamento, leia nas páginas a seguir artigo enviado pela coordenação do Fórum das Seis ao jornal *O Estado de S. Paulo*, em resposta ao editorial “O reajuste nas universidades”, publicado em 10/6.

Fala no Colégio de Líderes

Em 13/6, representantes do Fórum foram recebidos no Colégio de Líderes (foto), instância que reúne semanalmente os líderes de cada partido presente na Assembleia Legislativa. A iniciativa foi viabilizada pelo deputado Carlos Giannazi, do PSOL.

Os líderes receberam um kit com as emendas do Fórum à LDO-2018 e documentos que justificam as reivindicações.

Para entender a insuficiência financeira

O Fórum das Seis disponibilizou no Youtube a gravação completa da audiência pública realizada em 15/5/2017, na Alesp, para discutir a crise de financiamento da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza.

Na gravação, a partir do minuto 34, você pode conferir uma explicação detalhada sobre a insuficiência financeira, feita pelo presidente da Adunicamp, Paulo César Centoducatte.

Também falaram na audiência João da Costa Chaves Júnior, César Minto e Neusa Santana Alves, pelo Fórum das Seis, e representantes da Unicamp (Joaquim Bustorff) e da Unesp (Sérgio Novre), além de intervenções do público presente.

Para acessar, entre no link < https://www.youtube.com/watch?v=NXvQKsXyr_A > ou procure pelo título “Financiamento das Universidades Paulistas e CEETEPS”.



F6 responde editorial do Estadão

Em 10/6, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial bastante agressivo contra as universidades estaduais paulistas, com argumentos distorcidos e conservadores.

A coordenação do Fórum das Seis elaborou artigo em resposta ao jornal, não publicado até o momento. A seguir, confira ambos os textos. A leitura é interessante, também, para entender melhor aspectos da história que determinam o modelo de financiamento em vigor, seus limites e perspectivas.

 **ESTADÃO** *Editorial em 10/6/2017*

O reajuste nas universidades

Para cortar gastos com folha de pagamento, a USP lançou um Plano de Incentivo à Redução de Jornada, destinado aos servidores. A ideia é diminuir a jornada de 40 para 30 horas semanais, com redução proporcional nos vencimentos

Pressionadas pela queda na arrecadação do ICMS, de cuja receita anual têm direito a uma quota de 9,75%, as três universidades públicas paulistas – USP, Unicamp e Unesp – optaram por não conceder reajuste salarial em 2017. Além disso, para cortar gastos com folha de pagamento, a USP lançou um Plano de Incentivo à Redução de Jornada, destinado aos servidores. A ideia é diminuir a jornada de 40 para 30 horas semanais, com redução proporcional nos vencimentos.

Em nota, os reitores alegaram que a concessão de reajuste salarial em 2017 comprometeria o orçamento das universidades públicas estaduais, cujas reservas técnicas estão no limite. Só a folha de pagamento da USP consumiu, no primeiro semestre de 2016, 105,7% dos recursos que lhes foram repassados. Entre janeiro e maio de 2017, a USP, a Unicamp e a Unesp já receberam R\$ 3,67 bilhões, mas gastaram R\$ 3,69 bilhões com folha de pagamento. Em igual período de 2016, as três instituições gastaram com salários 9,9% a mais do que os valores que receberam. Ainda assim, concederam um reajuste de 3%, pago com recursos das reservas técnicas.

À sensatez dos reitores das universidades públicas paulistas opõe-se o irrealismo do chamado Fórum das Seis, integrado pelas entidades que defendem

os interesses de professores e servidores. Alegando que “a crise da universidade pública não pode recair nas costas do trabalhador”, as entidades exigem, entre outras reivindicações absurdas, reposição da inflação de acordo com o índice de custo de vida do Dieese, isonomia nos valores do auxílio-alimentação e auxílio-refeição e sua incorporação aos salários não só dos funcionários ativos, mas também dos aposentados. Querem, ainda, uma emenda na Constituição do Estado, com o objetivo de estabelecer que o teto salarial na administração pública paulista seja fixado em 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal. E pedem que a quota da receita do ICMS destinada à USP, à Unicamp e à Unesp passe de 9,75% para 11,6%.

Essas pretensões irrealistas explicam por que as universidades públicas paulistas estão oscilando nos rankings internacionais de qualidade acadêmica e científica. Por causa de concessões absurdas feitas no passado por reitores que se submeteram a pressões corporativas, as três instituições encontram-se com obras paralisadas, contratações de professores suspensas e contratos de terceirização dos serviços de segurança e limpeza sendo revistos. Isso compromete projetos pedagógicos, deteriora as condições de trabalho e prejudica as atividades de pesquisa e extensão, deixando as universidades sem condição de cumprir as funções que lhes foram atribuídas por seus fundadores.

Por causa dos excessos de concessões do passado, a partir de 2015 as

autoridades fazendárias deixaram claro que, se a Assembleia aprovasse o aumento da quota do ICMS destinada às universidades, o governo não teria como investir em serviços essenciais nas áreas de saúde, transporte e segurança. Também afirmaram que, em vez de pedir mais dinheiro ao Legislativo e ao Executivo, eles deveriam melhorar a qualidade de gestão de suas máquinas burocráticas. A mensagem foi de que os recursos são finitos e as universidades públicas precisam exercer com eficiência a autonomia administrativa que têm, além de buscar novas fontes de receitas, como ocorre com as mais conceituadas universidades mundiais.

Com a proposta de reajuste zero e as medidas que estão sendo tomadas para reduzir o quadro de pessoal, os reitores parecem ter entendido a mensagem. Já as entidades de servidores e professores continuam com o discurso de sempre, opondo-se à busca de parcerias com a iniciativa privada, resistindo a avaliações de desempenho e prometendo invasões e greves por tempo indeterminado. Isso ficou evidente no término de recente reunião do Conselho Universitário da USP, quando um diretor da Associação de Docentes da USP (Adusp) afirmou que a única resposta ao reajuste zero é a paralisação de atividades acadêmicas e administrativas.



A crise de financiamento do sistema público de ensino superior paulista

O editorial “**O reajuste nas universidades**” (*O Estado de S. Paulo*, 10/6/2017) contém afirmações errôneas e desconhecimento da realidade e da importância da Unesp, Unicamp e USP para o estado e o país. Na falta de argumentos, opta por agredir a comunidade universitária.

Se vamos falar de financiamento destas instituições, o primeiro ponto é conhecer minimamente sua história. Quando o governador Quéricia publicou o Decreto nº 29.598, de 2/2/1989, as universidades estaduais paulistas adquiriram autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, submetendo-se ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme disposto no artigo 207 da Constituição de 1988. Esse decreto também estabelecia que seriam custeadas pelo percentual global de 8,4% da arrecadação do ICMS - Quota Parte do Estado (ICMS-QPE) no mês de referência. No entanto, segundo avaliação feita pelo Prof. Paulo Renato, reitor da Unicamp à época, as universidades recebiam até então o correspondente a cerca de 11,6% do ICMS-QPE. Assim, o exercício da autonomia universitária começava com uma diminuição substancial dos recursos a elas destinados.

Em 1992, por pressão da comunidade universitária, liderada pelo Fórum das Seis – que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza – a Assembleia Legislativa aprovou o aumento da dotação para 9% do ICMS-QPE. Em 1994, esse índice foi elevado para os atuais 9,57%, passando a valer em 1995.

Portanto, ao reivindicar o percentual de 11,6% do total do produto do ICMS-QPE para as universidades, o Fórum das Seis apenas pleiteia que elas tenham a mesma dotação vigente antes do advento da autonomia.

Ocorre que, nos anos 2000, houve um processo de expansão bastante expressivo, com a criação de novos campi e novos cursos, inclusive nas unidades universitárias já consolidadas. O número de estudantes de graduação, por exemplo, saltou de 98.367 em 1995 para 189.965 em 2016. Já os recursos continuam os mesmos, levando a estrutura a diminuir, em vez de aumentar: o total de funcioná-

rios caiu de 31.704 em 1995 para 29.494 em 2016, enquanto o de docentes estacionou (10.812 em 1995 e 11.655 em 2016). Embora na época das expansões o governo tenha assinado compromissos oficiais – que trazem a rubrica do então secretário de Ciência e Tecnologia, João Carlos de Souza Meirelles – de concessão de mais recursos perenes para as universidades, não os cumpriu.

Muito pelo contrário, em vez de ampliar, o governo estadual reduz os recursos das universidades. Senão, vejamos:

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira do total arrecadado (que deve ser a base de cálculo) itens como recursos destinados a programas de Habitação, multas, juros de mora e dívida ativa. De 2014 a 2016, por exemplo, o prejuízo das universidades com esse procedimento foi de cerca de R\$ 900 milhões. É importante ressaltar que nenhum destes descontos na base de cálculo ocorre quando são calculados os 25% do ICMS-QPM, destinados aos municípios paulistas.

Outra distorção é o fato de que as universidades pagam integralmente seus aposentados e pensionistas, inclusive arcando com a insuficiência financeira, definida no Art. 27 da LC 1.010/2007, que criou a SPPREV, como “*a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores*”. Este mesmo artigo estabelece que “*o Estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras*”.

Atualmente, essa insuficiência financeira corresponde, em média, a aproximadamente 19,58% dos recursos oriundos do ICMS-QPE, repassados pelo governo para Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo prognósticos feitos a partir dos dados atuais, deverá alcançar um índice superior a 30% em 2026.

Em suma, se o governo Alckmin seguisse a lei – repassando os 9,57% do ICMS-QPE sobre o total do produto arrecadado e arcando com a insuficiência financeira, conforme exige a Lei 1.010/2007 – o quadro financeiro das universidades estaduais paulistas, instituições que respondem por metade da produção

científica nacional, seria menos grave.

E não aceitamos o discurso – repetido pelo referido editorial – de que a ampliação de recursos para as universidades impediria o governo de “investir em serviços essenciais nas áreas de saúde, transporte e segurança”. Fosse essa a questão, o governo não concederia vultosos volumes em isenções fiscais: o correspondente a 11% do orçamento paulista (R\$ 14 bilhões) em 2017, e a 11,2% em 2018 (R\$ 15 bilhões), conforme previsto em sua proposta de LDO enviada à Assembleia Legislativa.

Por fim, é preciso lembrar que, após manterem-se omissos nos últimos anos, só mais recentemente os reitores parecem ter se dado conta da gravidade da situação e passaram a defender a necessidade de ampliação de recursos para as universidades paulistas. É deles a apresentação de uma emenda à LDO-2018, propondo a ampliação do repasse para 9,95% do total do produto do ICMS-QPE.

Ao contrário do que afirma o editorial do Estadão, o que “compromete projetos pedagógicos, deteriora as condições de trabalho e prejudica as atividades de pesquisa e extensão” é a asfixia financeira e a visão estreita frente às necessidades do desenvolvimento do estado de São Paulo e do Brasil.

Um dos aspectos mais perversos desta situação é a prática dos reitores de atenuar a crise de financiamento das universidades com parte dos recursos da massa salarial. Somente em 2016 e 2017, a não reposição da inflação corroeu o poder aquisitivo de servidores técnico-administrativos e docentes da USP e da Unicamp em cerca de 12%, e da Unesp em aproximadamente 15%.

Em tempo: o Fórum das Seis considera que a carreira dos trabalhadores das universidades públicas paulistas deve ser uma prerrogativa de estado – e não de contingências ocasionais dos eventuais governantes, como ocorre hoje – tendo salvaguardada a integridade da progressão estabelecida quando da contratação desses profissionais. Por isso, defende o atrelamento aos vencimentos estabelecidos pela legislação federal.

O zero, o desmonte das universidades e a nossa reação!

*Arrocho é só a ponta do iceberg!
Assembleias devem debater estratégias de reação e luta!*

A terceira negociação desta data-base, realizada em 5/6/2017, segunda-feira, foi acompanhada de uma manifestação em frente à sede do Cruesp, em São Paulo. Atendendo ao chamado do Fórum das Seis, servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes das três universidades, do interior e da capital, enfrentaram as chuvas, que não deram trégua a manhã toda, e mostraram sua indignação contra o arrocho salarial e o desmonte da Unesp, Unicamp e USP.

Os reitores reafirmaram sua disposição em custear as universidades estaduais essencialmente com o arrocho salarial e a degradação das condições de trabalho e de funcionamento das instituições, política que vem se agravando nos últimos anos. A “não” proposta salarial deste ano eleva a perda do poder aquisitivo de docentes e técnico-administrativos para 10% em dois anos. Na Unesp, esse prejuízo bate nos 13%. Um verdadeiro “dízimo compulsório”, como qualificaram os representantes do Fórum das Seis na reunião.

Falando pela coordenação do Fórum, o professor João Chaves, da Adunesp, sintetizou a posição e as cobranças da comunidade neste momento. Situando o propósito maior de construção de um sistema público de ensino superior paulista, do qual fazem parte a Unesp, a Unicamp, a USP e o Centro Paula Souza, ele ressaltou que, dada a crise de financiamento e a decorrente asfixia financeira a que estão submetidas essas instituições, este é um momento particularmente crítico, que impõe sérios riscos à sua existência enquanto entidades públicas, laicas, gratuitas e socialmente referenciadas.

“Estamos sofrendo um arrocho salarial sem precedentes, o descaso e a irresponsabilidade com que estão sendo tratados os hospitais universitários, bem como a demanda crescente por recursos



Na negociação, USP e Unicamp foram representadas por seus vice-reitores

para a permanência estudantil com o ingresso de estudantes cotistas em nossas graduações”, discorreu. Ele citou, também, a diminuição drástica das contratações de servidores técnico-administrativos e docentes, isto agravado pelos programas de demissão voluntária e plano de redução de jornada de trabalho estabelecidos pela USP, entre outras iniciativas igualmente desastrosas.

Falando em nome dos reitores, o presidente do Cruesp e reitor da Unesp, professor Sandro Valentini, disse que a questão salarial só voltará a ser discutida se houver algum fato novo, como a retomada do crescimento da arrecadação do ICMS ou a concessão de suplementações por parte do governo.

Crise de financiamento e papel do Cruesp

Sobre a crise de financiamento que assola as universidades públicas paulistas, as entidades do Fórum destacaram, em primeiro lugar, a imensa parcela de responsabilidade que cabe ao Cruesp, cuja atuação até agora na busca por mais recursos tem sido pífia, quando não contraproducente.

O governo Alckmin tem utilizado “interpretações” conflitantes com dispositivos legais claríssimos, sequestrando recursos da base de cálculo da cota-parte do ICMS que cabe às universidades, ao mes-





mo tempo que tem imposto a elas o pagamento da insuficiência financeira (diferença entre o que se arrecada com as contribuições previdenciárias e o que se paga de aposentadorias e pensões), o que contraria o previsto na lei de criação da SPPrev (Lei 1.010/2007), que atribui ao governo a responsabilidade de arcar com esta diferença.

Diante desta situação, o Fórum enumerou ao Cruesp as seguintes reivindicações:

1) Que referende o documento produzido pelo GT-Previdência (entre F6/Cruesp), instrumento fundamental para o convencimento dos deputados estaduais a aprovarem dispositivos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que obriguem o governo Alckmin a cumprir a Lei 1.010/2007 e, assim, descomprimir o orçamento das nossas universidades;

2) Que participe de ações conjuntas com o Fórum junto à Assembleia Legislativa no sentido de viabilizar a votação de emendas que estabelecem mais recursos para as universidades e para o Centro Paula Souza;

3) Que reivindique a realização de audiências públicas à Comissão de Finanças e Orçamento, e nelas compareça para defender as propostas já incorporadas em emendas de vários deputados, que prevêm aumento da dotação orçamentária e cumprimento dos dispositivos legais por parte do governo;

4) Que intensifique gestões sobre a base de apoio do governo para a aprovação das emendas que nos interessam;

5) Que não espere que cheguemos à situação deplorável por que passam universidades públicas como a UERJ, a UEZO, a UNF, a UEM, entre outras, para tomarem medidas incisivas na busca de mais recursos para nossas universidades.

Em resposta, o professor Sandro Valentini disse que os reitores estão trabalhando no sentido de defender o aumento de recursos para as universidades. Relatou que o Cruesp apresentou uma emenda à LDO 2018, assinada por deputados da base governista, que pede o aumento do repasse dos atuais 9,57% para 9,95% do total do produto do ICMS, cota-parte do Estado. Frente à cobrança de uma ação mais incisiva e pública em defesa do aumento dos recursos, o presidente do Cruesp considera que isso está sendo feito e adiantou a intenção de realizar um fórum de prefeituras das cidades onde estão instalados os campi das universidades, no dia 21/6, para angariar apoio à necessidade de mais recursos.

Quanto à questão da insuficiência financeira - que não aparece na emenda patrocinada pelo Cruesp - Valentini argumentou que os reitores preferem aprofundar os estudos sobre isso, antes de tornar pública a reivindicação de que o governo cumpra o previsto na Lei 1.010/2007. O Fórum das Seis entende que a cobrança do governo quanto à insuficiência precisa ser feita agora e, por isso, apresentou emendas à LDO-2018 com este teor.

Questões não respondidas pelos reitores

Os representantes do Fórum cobraram das três reitorias o compromisso de nenhuma punição ou corte de ponto dos servidores docentes e técnico-administrativos que aderiram ao dia de paralisação convocado pelos sindicatos, em defesa dos salários e das universidades.

Não houve respostas objetivas neste ponto. O reitor da Unesp e os representantes da USP e da Unicamp, respectivamente os vice-reitores Vahan Agopyan e Teresa Atvars, limitaram-se a dizer que o assunto seria avaliado posteriormente.

À cobrança de um posicionamento formal do Cruesp a respeito da aprovação pelo CO da USP, num cenário de brutalidade policial, dos "Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira", ainda não há respostas. O projeto, também conhecido como "PEC do fim da USP", fixa teto para a folha salarial e autoriza a reitoria a congelar contratações e deixar de reajustar o salário de seus servidores, entre outras medidas, para alcançá-lo.

Quanto ao ofício do Fórum das Seis que solicita os valores das reservas financeiras das três universidades, acompanhado das destinações previstas para esses recursos, o secretário-executivo do Cruesp, professor Carlos Eduardo Vergani, informou que as respostas estão sendo providenciadas.

Ouç a reunião

Para conferir o áudio da reunião entre Fórum das Seis e Cruesp, em 5/6/2017, acesse:

http://aci.reitoria.unesp.br/cruesp_05_06_2017/20170605_RR_cruesp.mp3

Atenção aos indicativos do Fórum às categorias

Logo após a reunião com o Cruesp, as entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se para avaliar a conjuntura atual em que estão imersas as nossas universidades e fizeram as considerações que seguem.

Segundo as falas dos reitores sobre a situação financeira e orçamentária das universidades públicas, baseadas nos dados fornecidos por suas assessorias, não há "nenhuma possibilidade" de concessão de qualquer reajuste salarial, nem mesmo de que a Unesp honre os 3% que deve aos seus trabalhadores desde maio de 2016. Eles afirmam que a crise que assola as universidades não permite que se rea-

lizem as contratações necessárias para o seu pleno funcionamento, nem que sejam restabelecidos os planos de carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos, muito menos que sejam contempladas adequadamente as demandas por permanência estudantil.

Os reitores também afirmam que, a persistir o atual cenário econômico no país, 2018 será um ano em que as universidades enfrentarão maiores dificuldades do que as atuais. Portanto, para eles, com este cenário, não há garantias de que se tenha recursos para o pagamento do mês de



janeiro de 2018 e, no caso da Unesp, nem o pagamento do 13º salário ainda em 2017.

Para o Fórum das Seis, se não for possível avançar na LDO-2018, ampliando os recursos para nossas universidades, o que temos pela frente é a continuidade do processo de sua destruição por asfixia. Nossas condições de trabalho sofrerão uma crescente deterioração, coisa que já acontece nas três universidades, e estamos sob risco iminente de assistirmos a morte do modelo de universidade pelo qual sempre lutamos e que, com o nosso trabalho,





colocamos entre as melhores do país.

O Fórum das Seis considera que a recusa em atender a nossa reivindicação salarial é uma das dimensões do processo de sucateamento das universidades públicas paulistas. Estamos, portanto, diante de uma conjuntura gravíssima, em que os danos impostos às estruturas das nossas universidades podem ser irreversíveis.

Diante disso, o Fórum das Seis indica às categorias a realização de uma rodada de assembleias, até 13/6, com a seguinte pauta:

- Avaliação das estratégias de mobilização

para o enfrentamento desta situação extrema em que nos encontramos, antes que seja ultrapassado o ponto de não retorno.

- Propostas para a realização de um movimento “SOS Universidade”, que unifique a luta em defesa das nossas condições salariais e de trabalho com a defesa do financiamento adequado das universidades.
- Disposição das categorias em participar das atividades de pressão sobre a Assembleia Legislativa e o governo, para a aprovação das propostas de emendas à LDO-2018, por mais recursos para as universidades. (Obs.: O Fórum divulgará em breve propostas de atividades práticas)

Nenhum direito a menos!

Centrais Sindicais convocam nova greve geral para 30 de junho

As centrais sindicais - CUT, UGT, Força Sindical, CTB, Nova Central, CGTB, CSP-Conlutas, Inter-sindical, CSB e A Pública-Central do Servidor - estão convocando uma nova greve geral para 30 de junho.

Após as manifestações de março, a greve geral de 28 de abril e a marcha em Brasília em 24 de maio, o objetivo é dar continuidade à luta em defesa dos direitos sociais e trabalhis-

tas, contra as reformas trabalhista e previdenciária, contra a terceirização e pelo #ForaTemer.

Dentro do calendário de luta, as centrais também convocam para o dia 20 de junho o “Esquenta Greve Geral”, um dia de mobilização nacional pela convocação da greve geral. Ficou definido também a produção de jornal unificado para a ampla mobilização da sociedade.

FORUM das seis

STU
Sinfusp
Sinfusp
Sinfusp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.
Adunicamp-S.Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Repúdio à brutalidade policial contra trabalhadores rurais do Pará

Em face à ação perpetrada por policiais do estado do Pará, que culminou na morte de dez trabalhadores rurais na Fazenda Lúcia, município de Pau d'Arco, no dia 24 de maio de 2017, o Fórum das Seis - que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza - vem a público para expressar o seu mais veemente repúdio a esse episódio de brutalidade inadmissível num estado democrático de direito, envolvendo forças de segurança do estado, e para instar as autoridades competentes a tomarem as providências cabíveis para que os responsáveis sejam efetivamente submetidos às penalidades previstas pela legislação em vigor.

São Paulo, 5 de junho de 2017.
Fórum das Seis Entidades

Entidades do Fórum respondem à Folha

Após publicação de editorial no jornal *Folha de S. Paulo*, em 31/5/2017, intitulado “Reajuste zero” (veja em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/05/1888857-reajuste-zero.shtml>), entidades do Fórum das Seis encaminharam respostas à coluna *Painel do Leitor*. Confira abaixo:

Editorial

Ao falar das universidades estaduais paulistas (“Reajuste zero”, “Opinião”, 31/5), a *Folha* novamente desinforma seus leitores. Na falta de argumentos, agride os sindicatos agrupados no Fórum das Seis, parecendo desconhecer que a enorme expansão da USP, Unesp e Unicamp, iniciada na virada do século, exige custeio perene. Omite que o próprio Conselho de Reitores (Cruesp) acaba de apresentar emenda à LDO 2018, solicitando aumento do repasse para 9,95% da quota-parte estadual do ICMS, calculados sobre o total arrecadado, para evitar subtração de recursos.

CÉSAR MINTO, presidente da Associação dos Docentes da USP (São Paulo, SP)



A *Folha* não cita a enorme expansão de vagas a partir dos anos 2000, sem contrapartida de recursos perenes. De 98.367 estudantes em 1995, as universidades paulistas saltaram para 189.965 em 2016. Já o total de funcionários caiu de 31.704 para 29.494, e o de docentes estacionou (10.812 em 1995 e 11.655 em 2016). No entanto os recursos permanecem os mesmos desde 1995.

ALBERTO DE SOUZA, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Bauru, SP)

Editorial

Ao opinar sobre o financiamento das três universidades estaduais paulistas, a *Folha* (“Reajuste zero”, “Opinião”, 31/5) desqualifica as vozes que denunciam a asfixia financeira e desconsidera a supressão de recursos a que elas estão submetidas pelo governo, fato reconhecido até pelo próprio Cruesp (conselho de reitores das estaduais paulistas), que reivindica aumento da dotação orçamentária, o que o Fórum das Seis já faz há décadas.

JOÃO DA COSTA CHAVES JR., presidente da Associação dos Docentes da Unesp (São Paulo, SP)

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação estudantil da Unesp

Novos reitores, velhas práticas

Opção política permanece: Pagar a conta com o salário dos trabalhadores. Índice é ZERO

*Em dois anos, salários valem -10%! Na Unesp, -13%
Fórum indica paralisação em 5/6 e convoca para ato público em SP*

Na segunda negociação da data-base 2017, na tarde desta quarta-feira, 17/5, o reitor da Unesp e atual presidente do Cruesp informou a decisão dos reitores de oferecer zero de reajuste, tendo em vista “as dificuldades orçamentárias e financeiras” das universidades. No caso da Unesp, os míseros 3% concedidos pelo Cruesp em 2016 continuam sem data para aplicação.

Os representantes do Fórum das Seis criticaram a postura dos reitores, que vem se repetindo há anos: uma clara opção política por manter as universidades estaduais paulistas à custa de arrocho salarial, da deterioração das condições de trabalho – as universidades crescem, mas o número de servidores docentes e técnico-administrativos permanece insuficiente, tendo diminuído em alguns casos –, e da estagnação da permanência estudantil. Eles destacaram que a crise de fi-

nanciamento vem sendo denunciada pelo Fórum das Seis há décadas, mas que os reitores nunca se propuseram a questionar a política do governo estadual, que confisca recursos das universidades sistematicamente:

- por meio da expansão sem contrapartida de recursos;
- por meio da supressão de itens na base de cálculo do ICMS (prejuízo estimado de R\$ 1 bilhão para Unesp, Unicamp e USP de 2014 a 2016);
- por meio da insuficiência financeira (o governo não cumpre a lei que determina que é dele a responsabilidade pela diferença entre o que as universidades arrecadam com as contribuições previdenciárias e o que falta para custear

as aposentadorias e pensões destas instituições).

O zero nesta data-base faz com que os salários na Unicamp e na USP percam, aproximadamente, 10% de seu poder de compra em dois anos. Na Unesp, essa perda fica em torno de 13%. Uma corrosão muito grande em tão pouco tempo. Se considerarmos as perdas acumuladas desde 1989, os salários regrediram cerca de 40%.

As décadas de omissão dos reitores das universidades estaduais paulistas, subservientes ao governo do estado, não podem ser jogadas sobre as costas da comunidade acadêmica.

Redefinir prioridades para não penalizar ainda mais seus trabalhadores e lançar-se publicamente na cobrança ao governo para que repasse às universidades os recursos aos quais elas têm direito: para o Fórum das Seis, estas devem ser as tarefas centrais dos reitores.

Emendas à LDO-2018

O Fórum informou aos reitores que está finalizando a redação das emendas que apresentará à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2018), em tramitação na Assembleia Legislativa. No projeto enviado pelo



O vice-reitor da USP, Vahan Agopyan, e os reitores da Unesp e da Unicamp, Sandro Valentini e Marcelo Knobel





governador Geraldo Alckmin, constam somente os 9,57% do ICMS – Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE).

Além de solicitar aumento neste percentual, as emendas do Fórum pedem a inserção da expressão “do total do produto”, de modo a garantir que alíneas como Habitação, multas e juros de mora – que são subtraídas antes do repasse às universidades – sejam consideradas na base de cálculo dos 9,57%. Também há a proposta de fazer constar na LDO-2018 a garantia de que o governo cumpra o previsto na Lei 1.010/2007, arcando com a insuficiência financeira no pagamento dos aposentados e pensionistas das universidades. A projeção para 2026 é

que a insuficiência comprometerá, em média, mais de 30% dos recursos destinados para a Unicamp, a Unesp e a USP, conforme conclusões apontadas pelo Grupo de Trabalho entre Cruesp e Fórum das Seis, que trata das questões de aposentadoria nas universidades.

Considerando o fato de que o Cruesp passou a defender a passagem dos atuais 9,57% para 9,907%, acompanhados da expressão “do total do produto...”, o Fórum das Seis convidou os reitores a assinarem uma emenda conjunta à LDO-2018. O presidente do Cruesp disse que os reitores vão discutir essa possibilidade e que, independentemente disso, farão gestões

junto ao governo e deputados para a ampliação dos recursos.

Nova reunião

Por solicitação do Fórum das Seis, nova reunião de negociação ficou agendada para 5 de junho, segunda-feira, às 10h.

**Confira o áudio completo da reunião entre
Cruesp e Fórum das Seis, em 17/5/2017**

<http://podcast.unesp.br/radiorelease-17052017-reuniao-do-cruesp-com-o-forum-das-seis>

“Ocupa Brasília” Luta contra as reformas

Na reunião realizada após a negociação com o Cruesp, o Fórum das Seis também avaliou a mobilização para o “Ocupa Brasília”, em 24 de maio, conforme chamado feito pelas centrais sindicais, como passo seguinte à vitoriosa greve geral de 28 de abril contra as reformas e em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Levantamento feito pelas entidades apontam a existência de um bom número de interessados em participar. Feitas as contas dos valores necessários – contratação de ônibus e alimentação – a conclusão é que não há condições para a realização de um rateio desta monta entre as entidades neste momento. Assim, cada entidade verificará a possibilidade de arcar com ônibus para sua categoria, além de entrar em contato com a central sindical que a representa, na perspectiva de inserção nas caravanas que já estão sendo organizadas.



DEFESA DAS UNIVERSIDADES! DEFESA DOS NOSSOS SALÁRIOS!

Fórum convoca ato e indica paralisação em 5/6, durante a negociação

Reunidas na noite de 17/5, as entidades que compõem o Fórum das Seis indicam às categorias que realizem assembleias até 31 de maio, para avaliar o resultado da negociação e deliberar sobre:

- Paralisação em 5/6, dia da nova negociação com o Cruesp;
- Participação no ato público convocado para a mesma data, em frente à sede do Cruesp, em São Paulo, a partir das 9h (montagem das caravanas).

O Fórum das Seis reúne-se em 1º/6 para avaliar o retorno das assembleias e agilizar os preparativos para o ato em 5/6.



Financiamento das universidades estaduais e do Ceeteps foi tema de reunião na Alesp

Universidades perderam R\$ 1 BILHÃO em três anos!

A Alesp foi palco de um debate importante na tarde de 15/5/2017: o financiamento da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza.

Organizada pelo PSOL e PT, por solicitação do Fórum das Seis, a atividade contou com servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes das instituições. A mesa foi composta por representantes do Fórum e das reitorias da Unicamp e da Unesp. A reitoria da USP não compareceu.

A reunião foi aberta pelo deputado Carlos Giannazi, do PSOL. Ele informou que o governo já enviou à Alesp o seu projeto para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2018). “Embora alegue a existência de uma crise econômica, o governo aumenta ainda mais as desonerações fiscais em 2018, para cerca de R\$ 15 bilhões.”

Falando em nome da coordenação do Fórum, o professor João da Costa Chaves Júnior destacou que a crise de financiamento que assola as universidades estaduais paulistas remonta ao advento da autonomia, em 1989. Naquele ano, o então governador Orestes Quércia aprovou a dotação orçamentária própria para Unesp, Unicamp e USP, fixando-a em 8,4% do ICMS – Quota-Parte do Estado (ICMS-QPE). No entanto, cálculos das reitorias mostravam que, na média dos três anos



A reunião aconteceu no auditório Teotônio Vilela

anteriores, as instituições tinham recebido o equivalente a 11,6% do ICMS-QPE. Nos anos seguintes, a luta da comunidade universitária conseguiu elevar o percentual para 9% em 1992 e 9,57% em 1995, índice que se mantém até hoje.

Enfatizando que as universidades não passam por crise financeira, mas sim de financiamento, Chaves sintetizou as três razões que levaram a isso. Elas estão detalhadas em documento distribuído pelo Fórum aos presentes e que segue anexo a este boletim. Em resumo:

- Expansão sem recursos

O governo promoveu uma expressiva expansão de vagas e cursos nas três universidades a partir do início dos

anos 2000, mas não aumentou a sua dotação orçamentária. O quadro no verso mostra como elas cresceram nos últimos anos, ao contrário do que ocorreu com seu quadro de pessoal, por exemplo.

- Descontos indevidos

Antes de calcular o repasse dos 9,57% do ICMS-QPE às universidades, o governo retira do total arrecadado (que deveria ser a base de cálculo) recursos destinados a itens como Habitação, juros de mora e dívida ativa. De 2014 a 2016,



24 de maio: Força no “Ocupa Brasília”

Após a vitoriosa greve geral de 28/4, as centrais sindicais definiram que o próximo passo da mobilização da classe trabalhadora contra as reformas e em defesa dos seus direitos será no dia 24 de maio, com o “Ocupa Brasília!” O objetivo é realizar na capital uma grande marcha de trabalhadores, movimentos populares e juventude.

O Fórum apoia este ato e está fazendo um levantamento sobre o interesse das categorias em ir ao “Ocupa Brasília”. Se você se interessa, o primeiro passo é informar à sua entidade até 17/5 (nome completo e RG) pela manhã. Com este levantamento em mãos, em sua reunião de 17/5, o Fórum discutirá a viabilização prática da atividade.





foram extraídos da base de cálculo mais de R\$ 9,2 bilhões. Isso significa que, com este procedimento, somente nestes últimos três anos as universidades deixaram de receber recursos em torno de R\$ 1 bilhão.

Para corrigir essa distorção, todos os anos o Fórum apresenta propostas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, pleiteando o aumento da alíquota do ICMS-QPE e a inserção da expressão “do total do produto do ICMS-QPE”. Mesmo no percentual atualmente em vigor, é primordial que o repasse do ICMS-QPE seja feito a partir do “total do produto do ICMS-QPE”.

É importante registrar que o Cruesp passou a defender a passagem dos atuais 9,57% para 9,907% e também a incorporação no texto da LDO da proposta do Fórum (“do total do produto...”).

- Insuficiência financeira

O pagamento dos aposentados e pensionistas das universidades estaduais é descontado dos recursos nelas investidos, ou seja, dos 9,57% do ICMS-QPE.

A esse quadro, soma-se um outro problema, bastante grave. A insuficiência financeira – definida pelo Artigo 27 da Lei Complementar nº 1.010/2007, que criou a São Paulo Previdência- SPPREV, como “a diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores” – também é custeada exclusivamente pelas universidades estaduais. Isso contraria o previsto na

mesma lei, que estabelece que “o Estado de São Paulo é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras”.

Atualmente, a insuficiência financeira corresponde, aproximadamente, a 18,1% dos repasses do ICMS-QPE recebidos pela Unesp, Unicamp e USP.

O professor Paulo César Centoducatte, presidente da Adunicamp, conclamou a Alesp a pressionar o governador para que cumpra o previsto na Lei 1.010/2007, arcando com a insuficiência financeira no pagamento dos aposentados e pensionistas das universidades. “A projeção para 2026 é que a insuficiência comprometerá em torno de 30% dos recursos destinados para a Unicamp, a Unesp e a USP”, citou, em referência às conclusões apontadas por um Grupo de Trabalho entre Cruesp e Fórum das Seis, que trata das questões de aposentadoria nas universidades.

Ausência da reitoria da USP

O professor César Minto, presidente da Adusp, lamentou a ausência da reitoria da USP na mesa da reunião. A crítica seria repetida por vários oradores que falaram na sequência. “A reitoria da USP não reconhece a crise de financiamento e decidiu fazer um ajuste fiscal a seu modo”, frisou. Ele citou os planos de demissão voluntária, que já levaram à perda de cerca de 3.500 funcionários, a tentativa de desvincular o HU e o HRAC, bem como de acabar com as creches e as escolas de aplicação como iniciativas extremamente deletérias para a Universidade. Lembrou

ainda que, mais recentemente, o Conselho Universitário da USP aprovou o projeto “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira”, também conhecido como “PEC do fim da USP”, que fixa teto para a folha salarial e autoriza a reitoria a congelar contratações e deixar de reajustar o salário de seus servidores, entre outras medidas, para alcançá-lo.

“O que está em jogo é o caráter público da USP e do sistema de educação pública superior no estado de São Paulo”, resumiu o presidente da Adusp.

Representantes das reitorias

A Unesp foi representada na atividade pelo seu vice-reitor, professor Sérgio Nobre. A Unicamp, pelo professor Joaquim Bustorff, chefe de gabinete da reitoria. Ambos declararam concordância com as considerações feitas pelo Fórum das Seis, apontando as razões para a crise de financiamento das instituições, e apoio às reivindicações apresentadas.

Centro Paula Souza

Falando em nome do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps – Sinteps, Neusa Santana Alves lembrou que, no Centro, a expansão dos últimos anos também foi gigantesca, sem a devida contrapartida de recursos. Das 100 unidades que tinha em 2002, a instituição chega a 2017 com 286 unidades (220 ETEC e 66 FATEC), em aproximadamente 300 municípios, com cerca de 290 mil estudantes em cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior.

A reivindicação apresentada pelo Fórum das Seis para o Ceeteps é de dotação orçamentária de, no mínimo, 3,3% do total do produto da arrecadação do ICMS-QPE.

Documento

Ao final da reunião, foi aprovado um documento a ser enviado ao governador, aos deputados, Ministério Público e reitorias. Veja em anexo.

Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 a 2016

	UNESP			UNICAMP			USP *		
	1995	2016	Variação	1995	2016	Variação	1995	2016	Variação
Docentes	3.497	3631	3,8%	2.259	2179	- 3,5%	5.056	5.958	17,8%
Técnico-administrativos	7.918	6.449	- 18,6%	8.681	8.178	- 5,8%	15.105	13.915	- 7,8%
Cursos de graduação	80	173	116,3%	44	66	50,0%	132	279	111,4%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.715	79,0%	1.990	3.320	66,8%	6.902	11.057	60,2%
Alunos matriculados / graduação	19.618	39.965	103,7%	9.992	19.581	96,03%	33.479	58.828	75,7%
Cursos de pós-graduação	125	256	104,8%	85	147	72,9%	476	672	41,2%
. Mestrado	71	145	104,2%	46	77	67,4%	257	351	36,6%
. Doutorado	54	111	105,6%	39	70	79,5%	219	321	46,6%
Alunos matriculados / pós-graduação	6.824	17.950	163,0%	8.771	16.137	84,0%	19.683	36.819	87,1%
. Mestrado	3.395	7.379	117,3%	3.830	5.398	40,9%	8.024	13.981	74,2%
. Doutorado	1.382	6.552	374,1%	2.996	6.425	114,5%	6.060	16.003	164,1%
. Especiais	2.047	4.019	96,3%	1.945	4.314	121,8%	5.599	6.835	22,1%
Titulos outorgados (total)	581	3.223	454,7%	1.044	2.268	117,2%	2.643	6.682	152,8%
. Mestrado	433	2.019	366,3%	724	1.302	79,8%	1.584	3.743	136,3%
. Doutorado	148	1.204	713,5%	320	966	201,9%	1.059	2.939	177,5%

Fonte: Cruesp e Anuários Estatísticos da Unesp, Unicamp e USP.

* No caso da USP, está atualizado somente o total de docentes e de técnicos-administrativos.

Demais números ainda se referem a 2015, à espera de divulgação dos dados de 2016 por parte da USP

Data-base 2017

1ª negociação limita-se à discussão superficial da pauta. Índice será debatido em 17/5

A primeira negociação entre Fórum das Seis e Cruesp na data-base 2017 aconteceu nesta quinta-feira, 11/5. Pelo Cruesp, participaram Sandro Valentini, reitor da Unesp, Marcelo Knobel, novo reitor da Unicamp, e Vahan Agopyan, vice-reitor da USP.

Responsável pela coordenação do Cruesp desde abril, o professor Sandro fez uma apresentação inicial, enfatizando a perspectiva de uma relação respeitosa e pautada no diálogo entre as partes. Disse que sua meta central é contribuir para o fortalecimento de um sistema de ensino superior público de qualidade no estado de SP.

Em nome da coordenação do Fórum, o professor João Chaves, da Adunesp, destacou que a bandeira das entidades é a mesma, mas que é indispensável que este sistema seja isonômico. Neste sentido, apontou alguns avanços e retrocessos.

Entre os pontos positivos, Chaves citou a postura do Cruesp a partir de 2015, quando finalmente assumiu publicamente com o Fórum a existência de uma crise de financiamento nas universidades estaduais paulistas. A constituição de um grupo de trabalho (GT) entre Fórum e Cruesp, em 2016, também foi citado como avanço, por ter realizado um trabalho efetivo e em vias de concluir seu relatório final, que explicita uma das dimensões importantes da crise de financiamento: o não cumprimento da lei que atribui ao governo do estado a responsabilidade pela cobertura da insuficiência financeira no pagamento de aposentadorias e pensões.

Entre os pontos negativos, o coordenador do Fórum destacou o forte processo de arrocho salarial nos últimos anos, fruto da política dos reitores de cobrir a escassez de recursos com os



A reunião Fórum / Cruesp, em 11/5

segunda-feira, 15/5, às 10h, e propôs nova negociação na quarta-feira, 17/5, às 16h, quando os reitores deverão anunciar sua proposta salarial para este ano, o que foi prontamente aceito pelo Fórum.

Em relação à luta conjunta em busca de mais recursos públicos, o presidente

do Cruesp manifestou a intenção de atuar de forma incisiva, inclusive atualizando o documento que os reitores enviaram ao governo no ano passado, propondo a ampliação do percentual do ICMS – Quota-Parte do Estado às universidades dos atuais 9,57% para 9,907% do total do produto. Também disse que as reitorias enviarão representantes à audiência pública marcada para 15/5 na Alesp ([veja detalhes no verso](#)).

Sobre o posicionamento do Cruesp a respeito da aprovação dos “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira” na USP, Sandro disse que ainda não conhece oficialmente o documento e que vai se posicionar futuramente.

do Cruesp manifestou a intenção de atuar de forma incisiva, inclusive atualizando o documento que os reitores enviaram ao governo no ano passado, propondo a ampliação do percentual do ICMS – Quota-Parte do Estado às universidades dos atuais 9,57% para 9,907% do total do produto. Também disse que as reitorias enviarão representantes à audiência pública marcada para 15/5 na Alesp ([veja detalhes no verso](#)).

Sobre o posicionamento do Cruesp a respeito da aprovação dos “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira”, projeto também conhecido como “PEC do fim da USP”, que fixa teto para a folha salarial e autoriza a reitoria a congelar contratações e deixar de reajustar o salário de seus servidores, entre outras medidas, para alcançá-lo. Ele solicitou do Cruesp um posicionamento formal sobre o projeto aprovado na USP.

Repressão e violência policial

Feita sua explanação inicial, Chaves disse ao presidente do Cruesp que o primeiro ponto a ser discutido deveria ser a proposta salarial para 2017. Em resposta, Sandro disse que não havia ainda uma proposta de índice. Mas solicitou o agendamento de uma reunião entre as comissões técnicas de Fórum e Cruesp para





receberam uma moção do Fórum, relativa a esse assunto (*confira ao lado*). Durante a reunião, não houve respostas objetivas dos reitores às denúncias feitas.

Cotas e permanência estudantil

Representantes estudantis das três universidades expuseram as principais reivindicações do segmento. A implantação plena das cotas raciais e sociais, com a devida contrapartida em permanência estudantil – moradia, restaurantes universitários etc. – foi o tema central abordado. Também houve denúncias de processos punitivos contra estudantes, mas sem respostas objetivas por parte dos reitores.

Sobre as cotas, o reitor da Unesp disse que a Universidade está em vias de atingir os 50% em todos os cursos, mas que o grande problema tem sido a falta de recursos suficientes para garantir a permanência dos cotistas. O vice-reitor da USP solicitou ao representante do DCE que apresentasse uma proposta concreta sobre as cotas, pois o CO da Universidade vai discutir o tema em sua reunião de junho. Na Unicamp, o tema está na pauta do CO de 30/5.

Ouçã a reunião

O áudio da reunião entre Fórum e Cruesp em 11/5 pode ser conferida em:

<http://podcast.unesp.br/radiorelease-11052017-reuniao-do-cruesp-com-o-forum-das-seis>

Ocupa Brasília em 24/5

Quer participar? Informe sua entidade

O próximo passo na luta contra as reformas da Previdência e trabalhista e contra a terceirização é a jornada “Ocupa Brasília”, que terá como ponto alto uma marcha na capital federal em 24 de junho. A convocação é das centrais sindicais, que também discutem a organização de uma nova greve geral no país.

O Fórum das Seis conclama as categorias a fortalecerem a atividade. Se você tem interesse em participar, o primeiro passo é informar sua entidade até o dia 16/5 (nome completo e RG). Com este levantamento em mãos, em sua reunião de 17/5, o Fórum discutirá a viabilização prática da ida a Brasília.



FORUM das seis

STU
Sínusp
Sínusp
Sínusp
Adusp - S.Sind.
Adusp - S.Sind.
Adunicamp - S.Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP e Representação Estudantil da Unesp

Repúdio à repressão e à violência nas universidades estaduais paulistas e no Ceeteps

O Fórum das Seis – que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps), reunido nesta data, manifesta sua preocupação com o que segue.

As Reitorias das universidades estaduais paulistas têm reprimido os movimentos reivindicatórios, de amplos setores das suas comunidades, com uma violência só comparável ao que ocorreu no período da ditadura empresarial-militar. Embora o direito à livre manifestação de todo e qualquer cidadão, ou agrupamento de cidadãos brasileiros, esteja assegurado na Constituição de 1988, manifestantes têm sido vítimas de ações violentas por parte da Polícia Militar a mando dos seus gestores, como aconteceu recentemente na USP.

É inaceitável que a Polícia Militar paulista seja alçada à categoria de guarda pretoriana dos dirigentes de plantão e se imiscua nos conflitos e nos processos de negociação naturais no interior das universidades, promovendo a “resolução” dessas questões pelo uso da força bruta. Por outro lado, servidores técnico-administrativos e estudantes têm sido objeto de processos de sindicância e processos administrativos nas três universidades, o que revela uma intenção de criminalizar os movimentos sociais legítimos, que eventualmente se contraponham às políticas implementadas pelas respectivas Reitorias.

A Polícia Militar tem transitado à vontade pelos *campi* universitários, promovendo constrangimentos de toda ordem, em especial a manifestantes que contestam posições e iniciativas reitorais. Isso, no mínimo, viola a autonomia universitária e avilta o direito de estudantes, dos funcionários e de docentes de se posicionarem livremente sobre quaisquer questões que considerem relevantes, inclusive contra a presença da PM nos *campi*.

Repudiamos também as formas de punição que individualizam e culpabilizam ativistas por ações legítimas tomadas coletivamente. Isto revela o desejo dos mandatários de calar as vozes discordantes no interior da academia.

O Fórum das Seis vê com grande preocupação a naturalidade com que as administrações têm tolerado – e, em alguns casos, solicitado – o uso do aparelho repressivo armado dentro das universidades estaduais paulistas, bem como o uso abusivo de instrumentos administrativos para punir quem a elas se contrapõe. Diante disto, manifesta veemente repúdio a todas as formas de violência contra a comunidade universitária paulista e conclama seus dirigentes a respeitarem os que a eles se opõem.

São Paulo, 11 de maio de 2017.

Fórum das Seis

Segunda, 15 de maio: Audiência pública na Alesp debate crise de financiamento

Organizada pelo PSOL e PT, por solicitação do Fórum das Seis, acontece nesta segunda, 15/5, às 14h, no auditório Teotônio Vilela, da Assembleia Legislativa, a audiência pública “Financiamento da Unesp, Unicamp e USP - Garantia da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão de três das melhores universidades do país”. Os reitores foram convidados a participar.

O Fórum das Seis divulgará documento explicitando as razões da crise de financiamento das universidades. Participe!

Pauta 2017 fechada e entregue aos reitores!

Data-base une defesa dos nossos salários e luta contra as reformas!

28 de abril é dia de GREVE GERAL

As entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se nesta quarta-feira, 6/4/2017, para tabular os resultados da segunda rodada de assembleias de base e fechar a Pauta Unificada 2017. Estavam em discussão a questão do índice (qual deve ser a formulação da reivindicação salarial) e, também, a proposta de adoção da palavra de ordem “Fora, Temer” nos materiais de divulgação do Fórum das Seis.

Na questão salarial, a maioria das assembleias optou pela formulação “A” e houve consenso entre as entidades de inseri-la na Pauta. Desta forma:

2 – *Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o ICV do Dieese, correspondente à inflação do período de maio/2016 a abril/2017, mais a diferença da inflação não paga do período maio/2015 a abril/2016 (que corresponde a 6,33%). No caso dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base de 2016 e ainda não quitado pela Universidade, com retroatividade a maio/2016.*

Em relação à palavra de ordem “Fora, Temer”, a decisão consensual das entidades, a partir do retorno das assembleias, é que o eixo do Fórum será a reação às reformas e ao confisco de direitos,

sempre apontando a responsabilidade do governo ilegítimo de Michel Temer.

Entrega da Pauta

A Pauta Unificada 2017 (segue anexa) está sendo entregue aos reitores nesta sexta, 7/4, acompanhada da solicitação de agendamento de uma primeira reunião entre as partes.

Eixos da campanha salarial

Por indicação da assembleia da Adusp e com o consenso entre as entidades, os materiais do Fórum trarão sempre os eixos centrais da campanha salarial 2017 (*no boxe ao lado, em destaque*).

Audiência pública na Alesp

O Fórum das Seis está em contato com as lideranças do PT e do PSOL na Assembleia Legislativa, com o objetivo de organizar uma audiência pública sobre a situação das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, evidenciando que a crise que atravessam não é financeira, mas sim de financiamento. Também serão denunciadas as medidas de desmonte impulsionadas pelas reitorias e, em especial, a violenta repressão policial contra os manifestantes que participaram do ato em 7/3, em protesto contra a aprovação da “PEC do fim da USP”.

A realização da audiência deve se inserir nas atividades da campanha salarial 2017. Data e detalhes serão informados em breve.

Os eixos centrais da data-base 2017

- 1) **Fim da militarização das universidades**, evidenciada pela presença da PM, que reprime violentamente estudantes e servidores; e fim da criminalização dos movimentos, consubstanciada pelos diversos processos disciplinares contra estudantes e funcionários.
- 2) **Garantia de isonomia** entre USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza.
- 3) **Reposição salarial na data-base** para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o ICV do Dieese, correspondente à inflação do período de maio/2016 a abril/2017, mais a diferença da inflação não paga do período maio/2015 a abril/2016 (que corresponde a 6,33%). Na Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base de 2016 e ainda não quitado pela Universidade, com retroatividade a maio/2016. Definição de política para repor as perdas anteriores.
- 4) **Adoção de políticas efetivas de acesso e permanência estudantil.**
- 5) **Atuação conjunta de Fórum das Seis e Cruesp para:**
 - a) garantir que os repasses do tesouro do estado sejam feitos corretamente;
 - b) reivindicar maior aporte de recursos para as universidades, que contemple a expansão ocorrida nas últimas décadas;
 - c) contrapor-se às reformas trabalhista e da previdência.



Fórum das Seis indica: **Vamos engrossar a GREVE GERAL em 28 de abril**

A conjuntura atual exige dos trabalhadores e estudantes reação firme e organizada, como única forma de impedir retrocessos sociais gravíssimos.

Esta é a conclusão central das entidades que compõem o Fórum. Neste quadro, é preciso travar as lutas relacionadas à data-base – contra o desmonte das universidades, contra o arrocho salarial, em defesa da isonomia e por melhores condições de trabalho e estudo – em sintonia com a resistência aos pesados golpes que vêm de Brasília.

Após a bem sucedida jornada de manifestações em 15 e 31 de março, a próxima etapa é a realização de um dia de greve geral no país em 28 de abril, que está sendo convocada unitariamente pelas centrais sindicais.

O Fórum das Seis indica às categorias que aproveem a adesão ao chamado das centrais sindicais. Em 28 de abril, vamos parar as universidades e o Centro Paula Souza, marcando nossa presença nas manifestações públicas que devem ocorrer neste dia em todo o país.

No processo de preparação do dia de greve, é importante que professores, funcionários e estudantes se integrem aos comitês locais e regionais que começam a se formar.

A terceirização pode tirar sua sala, sua pesquisa, seu trabalho! Não vamos trabalhar até morrer e nem morrer trabalhando! Fora, Temer!

Em anexo a este boletim, segue material elaborado pelas Centrais sindicais (capa ao lado), convocando a greve geral



“PEC do fim da USP”

Fórum apoia ato na USP durante novo CO, em 11/4

A toque de caixa, o reitor Marco Antonio Zago convocou uma nova reunião do Conselho Universitário (CO) da USP para a próxima terça-feira, 11/4, às 14h. O objetivo da reunião é concluir a votação sobre o projeto “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira”, de autoria do reitor. O documento teve seu texto base aprovado na reunião do CO em 7/3, mas os destaques apresentados por conselheiros foram remetidos para nova votação.

O projeto, também conhecido como “PEC do fim da USP”, fixa teto para a folha salarial e autoriza a reitoria a exonerar servidores docentes e técnico-administrativos, arrochar salários e benefícios para alcançá-lo.

O CO de 7/3 foi realizado sob ataque da PM, com bombas de gás lacrimogêneo e sprays de pimenta, disparados contra os manifestantes que participavam de ato convocado pelo Fórum das Seis. A PM agiu a pedido da reitoria da USP.

Zago convoca este novo CO para 11/4 sem debates prévios e no meio da Semana Santa, na tentativa de inviabilizar a mobilização de docentes, funcionários e estudantes.

O Fórum das Seis apoia o ato que será realizado pelas entidades representativas da USP durante a reunião, a partir das 12h, e conclama as demais entidades da Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza a comparecerem.

**NÃO À PEC DO FIM DA USP!
NÃO AO DESMONTE DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS!**

Até 5/4: Nova rodada de assembleias de base para finalizar a Pauta, debater conjuntura e ampliar a mobilização contra as reformas

O Fórum das Seis reuniu-se nesta segunda-feira, 27/3, com o objetivo de tabular os resultados da primeira rodada de assembleias. Os representantes das entidades apresentaram as propostas e indicativos de suas categorias e foi realizado um amplo debate sobre todos os pontos.

A discussão resultou na inclusão na Pauta das propostas consensuais entre as entidades. É o caso, por exemplo, da inclusão (na parte inicial da Pauta) da defesa da “Garantia de emprego” e da “Escala móvel de salários” (reajuste salarial sempre que houver inflação). Também houve ajustes em tópicos que já constam na Pauta, de modo a atualizá-los e contemplar algumas indicações das assembleias.

Em relação ao ponto central do tópico **II – Salários**, permanece a divergência entre as propostas A e B. Por isso, a coordenação do Fórum remete a questão novamente às assembleias (*segunda rodada, até 5/4*), para que façam uma última avaliação sobre

as duas possibilidades, também sob o ponto de vista do potencial de mobilização de cada uma delas.

Relembrando, são elas:

Proposta A

2 – Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o ICV do Dieese, correspondente à inflação do período de maio/2016 a abril/2017 (*ainda não fechada*), mais a diferença da inflação não paga do período maio/2015 a abril/2016 (que corresponde a 6,33%).

No caso dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base de 2016 e ainda não quitado pela Universidade, com retroatividade a maio/2016.

Proposta B

2 – Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o índice ICV do Dieese, correspondente à inflação do período de maio/2016 a abril/2017 (*ainda não fechada*).

2.1. Definição de uma política para reposição da diferença da inflação não paga do período maio/2015 a abril/2016 (que corresponde a 6,33%) e das perdas anteriores.

No caso dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base de 2016 e ainda não quitado pela Universidade, com retroatividade a maio/2016.

“Fora, Temer”

Na assembleia dos trabalhadores da Unicamp, foi aprovada a indicação ao Fórum das Seis que ressalte em seus materiais a bandeira do **“Fora, Temer”**. Assim, para que esta seja uma decisão consensual de todas as categorias que compõem o F6, indica-se à segunda rodada de assembleias que avalie a pertinência de que, doravante, esta palavra de ordem passe a fazer parte dos materiais de comunicação.

O F6 volta a se reunir em 6/4 para avaliar o retorno da segunda rodada de assembleias e fechar a Pauta de Reivindicações 2017.

31/3 é novo dia de luta contra as reformas da Previdência, Trabalhista e o PL das terceirizações

Em SP, a concentração será na Paulista, 16h

As centrais sindicais, a Frente Povo sem Medo e a Frente Brasil Popular estão convocando um novo dia de manifestações contra as reformas da Previdência, Trabalhista e o projeto de lei das terceirizações, recém aprovado na Câmara dos Deputados.



Vai ser na sexta-feira, 31/3. A concentração principal será na Avenida Paulista, em SP, no vão livre do MASP, 16h.

O Fórum das Seis conclama os trabalhadores e estudantes da capital e Grande São Paulo a participarem. No

interior, a recomendação é se integrar às atividades conjuntas com as outras

categorias, como atos, passeatas, manifestações pela cidade etc.

Novos atos expressivos neste momento, assim como ocorreu em 15/3, servirão para pressionar efetivamente o ilegítimo governo de Michel Temer, inimigo declarado dos trabalhadores e dos estudantes!





... preparando abril!

As centrais sindicais também indicam a realização, em 28 de abril, de mais um dia de paralisações e manifestações em todo o Brasil contra as reformas do governo Temer.

Com o mote “28 de abril: dia nacional para parar o Brasil”, a intenção é mobilizar as bases das categorias em todos os estados e construir um grande dia de paralisações e protestos contra as reformas da Previdência, Trabalhista, o PL das terceirizações e todos os ataques do governo ilegítimo de Michel Temer.

Para além da data unitária, o objetivo das centrais é construir um forte abril de lutas. Ainda segundo a decisão das centrais, que se reuniram no dia 27/3, o 31 de março será incorporado no calendário unitário como um “esquenta” e preparação das mobilizações que serão construídas no próximo mês.

A ideia é incentivar que todas as categorias montem seus próprios calendários de mobilização nos estados, com a construção de comitês locais, por local de trabalho, de estudo, bairro, entre outras iniciativas que culminem em uma forte resistência unitária no dia 28.

Não faltam motivos para o protesto: a reforma da previdência, a terceirização e a reforma trabalhista são ataques duríssimos aos direitos



historicamente conquistados pela classe trabalhadora e a resposta precisa estar à altura, com a construção de uma forte greve geral.

“Tirar” os servidores estaduais e municipais da reforma é manobra

Sob o impacto da forte mobilização de 15/3, o governo anunciou que estava “retirando” da reforma da Previdência os servidores estaduais e municipais. O objetivo ficou claro: tentar dividir os trabalhadores e enfra-

*Av. Paulista, 15/3/2017:
NÃO ÀS REFORMAS!*

quecer a reação. Nos estados e municípios, a reforma ficaria a cargo de governadores e prefeitos, que certamente completarão a tarefa de Temer, que é destruir nossos direitos previdenciários.

Um primeiro aspecto importante: os servidores celetistas continuam “incluídos” na reforma geral. Neste momento, estariam de fora, portanto, somente os estatutários... mas por pouco tempo.

De acordo com o jornal *Valor Econômico*, de 28/3/2017, o governo já enviou emenda ao seu projeto de reforma, definindo que os estados e municípios terão seis meses para se adequar. Se não o fizerem, passam a valer automaticamente as regras contidas na reforma geral.

Ou seja: devemos prosseguir e ampliar nossa resistência contra a reforma agora! Como diria o antológico refrão do samba enredo da Beija Flor de Nilópolis, em 1989: “*Ratos e urubus, larguem a nossa previdência!*”

**DICA DE
LEITURA**

Conheça, por meio dos *links* abaixo, os maiores devedores à Previdência e sonegadores de impostos no Brasil:

<http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/maioresdevedoresprevidencia.pdf>

<http://fundacaoanfp.org.br/site/2016/06/conheca-a-lista-dos-maiores-sonegadores-de-impostos-do-brasil/>



Governo coloca em debate no CEE a cobrança de mensalidades nas FATECs e ETECs

O governo do estado de São Paulo decidiu aproveitar a onda reacionária e retrógrada que inunda o país neste momento para tentar impor um velho projeto tucano: privatizar o Centro Paula Souza. Isso mesmo! Na surdina, foi enviada ao Conselho Estadual de Educação (CEE/SP) uma “Consulta sobre cobrança de mensalidades no Ceeteps”.

A “consulta” está na pauta da reunião do CEE/SP de 29/3/2017 e tem como relator o conselheiro Décio Leocini Machado.

O Diretório Central de Estudantes (DCE) das FATECs do Centro está convocando, em regime de urgência, uma manifestação pública em frente ao prédio onde ocorrerá a reunião do CEE/SP, localizado na Praça da República, nº 53, 2º andar, sala 237.

A direção do Sindicato dos Trabalhadores do Ceeteps (o Sinteps, que integra o Fórum das Seis) estará presente ao ato e, inclusive, tentará participar da reunião e intervir no debate.

Data-base 2017

Vamos à luta em defesa da universidade pública, contra o arrocho salarial e o confisco de direitos

É hora de preparar a Pauta Unificada deste ano. Participe da primeira rodada de assembleias de base e contribua

Reunidas no dia 6/3, as entidades que compõem o Fórum das Seis deram início à discussão da data-base 2017. A partir de um debate preliminar da conjuntura, a avaliação é que está em curso um conjunto de ofensivas reitorais que sinalizam claramente com o desmonte da universidade pública.

O sinal mais recente disso é o pacote proposto pelo reitor da USP – a “PEC do fim da USP” – que prevê exoneração de pessoal e arrocho nos salários e benefícios para manter o teto de gastos estipulado por ele. Mas, antes deste pacote, já vieram outras medidas nas três universidades: enxugamento de pessoal (expulsão de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária - PIDV, não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões, mortes nas três universidades), descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), repressão sobre os três segmentos, adoção de medidas para mostrar “responsabilidade” frente à crise (suspensão das carreiras na Unesp), supressão de direitos (corte de vagas e fechamento de creches na USP), quebra da isonomia pela reitoria da Unesp em 2016 (deixou de pagar até mesmo o ínfimo reajuste de 3% acordado pelo Cruesp), entre várias outras.

Todas essas medidas, longe de retratar uma postura “responsável” dos reitores, comprovam incapacidade e desinteresse em lutar por mais recursos

para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e campi sem a contrapartida orçamentária devida. Agora, quando os discursos de “crise” se multiplicam, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a conta, por meio do confisco de direitos, precarização das condições de trabalho e perspectiva de arrocho salarial.

Ou seja, trata-se sim de uma crise de financiamento e não de crise financeira. Não vamos pagar por mais esta “crise”!

Assembleias devem debater indicativo de Pauta

O Fórum das Seis indica às categorias que realizem uma primeira rodada de assembleias, até o dia 17 de março, para apresentar propostas à Pauta Unificada 2017. Em anexo a este boletim, segue a minuta com indicativos para subsidiar as assembleias. No quadro abaixo, confira as duas propostas existentes para a reivindicação salarial deste ano.



No item 2 do tópico “Salários”, o debate entre as entidades aponta para duas propostas, que devem ser discutidas nesta primeira rodada de assembleias de base:

Proposta A

2 - Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o ICV do Dieese, correspondente à inflação do período de maio/2016 a abril/2017 (*ainda não fechada*), mais a diferença da inflação não paga do período maio/2015 a abril/2016 (que corresponde a 6,33%).

No caso dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base de 2016 e ainda não quitado pela Universidade, com retroatividade a maio/2016.

Proposta B

2 - Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o índice ICV do Dieese, correspondente à inflação do período de maio/2016 a abril/2017 (*ainda não fechada*).

2.1. Definição de uma política para reposição da diferença da inflação não paga do período maio/2015 a abril/2016 (que corresponde a 6,33%) e das perdas anteriores.

No caso dos servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base de 2016 e ainda não quitado pela Universidade, com retroatividade a maio/2016.

Atenção ao calendário de mobilização

Até 17/3/2017 – Primeira rodada de assembleias de base, para avaliar o indicativo de Pauta e apresentar sugestões.

8/3/2017 – Participação nas atividades de luta do Dia Internacional da Mulher.

15/3/2017 – Participação no Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência.

20/3/2017 – Reunião do Fórum das Seis para tabular e organizar as propostas da base para a Pauta.

21 a 31/3/2017 – Segunda rodada de assembleias de base.

3/4/2017 – Reunião do Fórum das Seis para fechar a Pauta.

Primeira semana de abril – Protocolo da Pauta Unificada 2017.

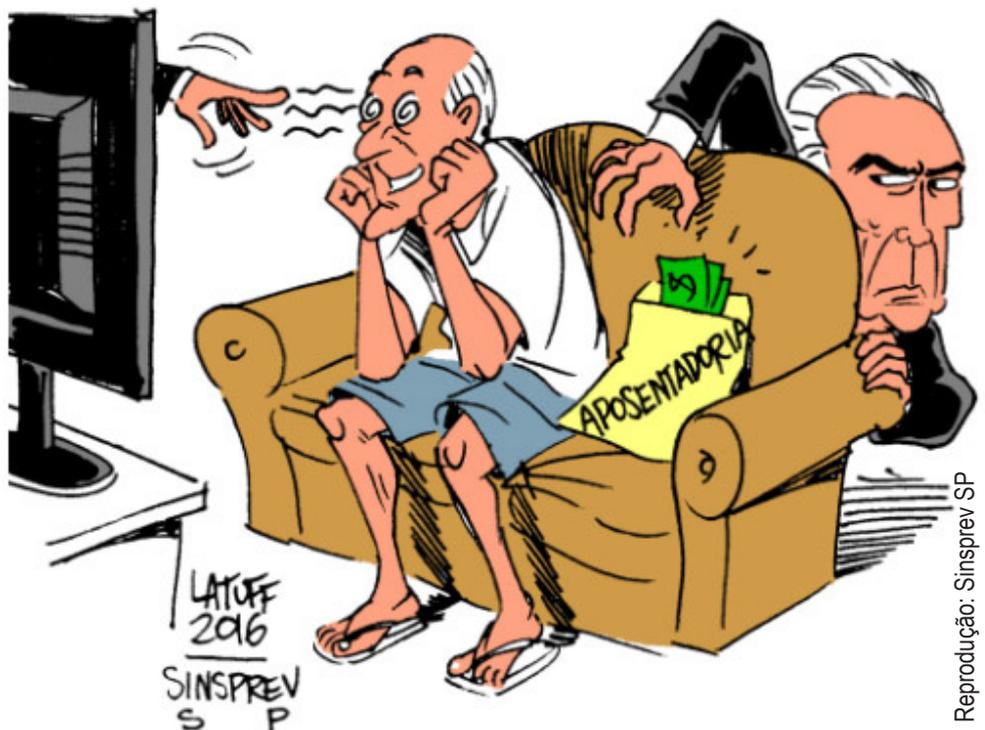
15/3: Fórum indica paralisação e adesão às atividades contra a Reforma da Previdência

Nesta primeira rodada de assembleias de base, o Fórum das Seis indica às categorias que discutam também a proposta de paralisar o trabalho e participar das atividades previstas em todo o país para 15 de março, “Dia nacional de lutas, com greves e paralisações contra a Reforma da Previdência”.

A data vem sendo convocada de forma unificada pelas as centrais sindicais, com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional contra a aprovação da PEC 287/2016, que propõe uma avassaladora reforma na Previdência Social brasileira, com a revogação de direitos históricos da classe trabalhadora, com forte impacto sobre a população jovem (que deverá trabalhar 49 anos para conseguir se aposentar com benefício integral), as mulheres, os idosos, os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Para as centrais sindicais, a mobilização no dia 15/3 poderá ser um importante passo na construção da greve geral para combater as reformas do governo Temer.

O Fórum das Seis orienta as categorias a participarem da forma mais ativa possível no dia 15/3, integrando as atividades dentro e fora das Universidades, em conjunto com outras categorias.



“PEC do fim do mundo” na USP exige mobilização nas estaduais paulistas

F6 organiza ato unificado em 7/3, quando CO da USP vai analisar proposta do reitor Zago que prevê exoneração de servidores vinculada a teto para folha salarial

O reitor Marco Antonio Zago apresenta mais uma iniciativa em seu projeto de destruição da USP como instituição pública de interesse social e sua transformação progressiva em uma organização moldada pelo perfil e interesses do mercado.

Depois de implementar dois planos de demissão voluntária (PIDV), que levaram à exclusão de cerca de três mil servidores técnico-administrativos, de fechar creches, de arrochar salários, de investir contra a organização sindical (como a tentativa de expulsar o Sintusp de sua sede), de propor a desvinculação de hospitais universitários, entre outras, o reitor da USP surge agora com um projeto bombástico. Trata-se do documento “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP”, que em muito se assemelha à PEC 241 – que depois se transformou em PEC 55 no Senado, também conhecida como “PEC do fim do mundo”, pois congela por 20 anos os recursos para a saúde e a educação públicas.

O projeto de Zago propõe a limitação dos investimentos nas próximas gestões, obrigando-as a seguir a mesma política de arrocho salarial da atual gestão. Os gastos com pessoal deverão se limitar a “85% das receitas relativas às liberações mensais de recursos do Tesouro do Estado de SP”. Sempre que esse limite for ultrapassado, a reitoria estará autorizada a exonerar, inclusive, servidores concursados, sejam docentes ou técnico-administrativos, além congelar salários e benefícios.

A Adusp chama a atenção para um detalhe muito grave: “Para atingir as metas que propõe, a reitoria quer que o CO vote pela aplicabilidade do artigo 169 da Constituição Federal, que nos seus incisos 4º a 7º prevê a exoneração de pessoal estável e concursado, e a extinção do respectivo cargo, o que compromete a possibilidade de expansão futura, mesmo que o financiamento aumente, pois os cargos não

mais existirão para serem preenchidos.”

Embora com tamanho impacto sobre o presente e o futuro da USP, o documento foi divulgado poucos dias antes da reunião do Conselho Universitário (CO) que deve votá-lo, em 7/3, sem nenhuma discussão nas unidades.

A crise é de financiamento

Como o Fórum das Seis vem assinalando sistematicamente, a crise das universidades estaduais paulistas é de financiamento. Elas cresceram muito nos últimos anos e não tiveram os recursos aumentados na mesma proporção. Entre 1995 e 2015, por exemplo, o aumento do número de matrículas na graduação foi de 75,6% na USP, de 97,1% na Unesp e de 90,2% na Unicamp. Já a alíquota de repasse do Estado para as três estaduais permaneceu idêntico, em 9,57% da Quota-Parte Estadual (QPE-ICMS). Ressalte-se que nem este mínimo tem sido respeitado pelo governo, que extrai indevidamente elevadas quantias da base de cálculo do ICMS.

Enquanto a arrecadação do ICMS era crescente, no embalo do crescimento da economia, essa equação não pareceu problemática às reitorias da USP, Unesp e Unicamp. Agora, quando a arrecadação diminui, surgem as propostas de “ajustes” – assim como vem ocorrendo em vários estados – que tentam descarregar o ônus da crise sobre os servidores.

Balão de ensaio

Este novo e draconiano ataque da reitoria da USP foi tema da reunião extraordinária que o Fórum das Seis realizou no dia 24/2. Após o debate das medidas propostas por Zago, não restou dúvidas entre os representantes das entidades sobre a gravidade da situação e de que esta não se restringe à USP.

Ousado em sua sanha de desmon-

tar a USP enquanto universidade pública de excelência, Zago tem sido ponta de lança nas “novidades” que agradam o governo e os empresários da educação. Se não lutarmos contra elas, nada impedirá que em breve sejam transportadas para Unicamp e Unesp. Esta última, aliás, rompeu com a isonomia em 2016, ao não conceder aos seus servidores nem mesmo o ínfimo reajuste de 3% negociado no âmbito do Cruesp.

Se aprovada, a proposta da reitoria da USP significará, também, o esvaziamento do Cruesp enquanto instância de decisão entre as gestões das três universidades. Alicerçada nas medidas aprovadas, a USP será figura decorativa nas mesas de negociação.

7/3: Paralisação na USP e ato unificado do Fórum

Sintusp e Adusp realizarão assembleias em 6/3, segunda-feira, para votar um indicativo de paralisação do trabalho no dia 7. Servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes estão sendo chamados para um ato público concomitante à sessão do CO da USP.

Devido à gravidade da situação, o Fórum das Seis encampou o ato no dia 7 e, considerando o curto tempo de preparo, orienta as entidades representativas da Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza a comparecerem com o maior número possível de representantes para fortalecer a atividade. O ato está marcado para as 12h, com concentração a partir das 10h, em frente ao CO da USP.

Para saber mais

- Assista vídeo produzido pelo Sintusp, que explica as medidas:
<https://youtu.be/3Qn1Jmnmvjgk>

- Confira a íntegra do documento de Zago e mais matérias sobre o assunto no site da Adusp (www.adusp.org.br)



Data-base 2017: 6/3 tem reunião do Fórum. Atenção ao calendário completo

A reunião do Fórum das Seis agendada para 6/3, segunda-feira, será realizada na sede da Adusp. Além da pauta inicialmente prevista – primeiros passos da data-base – a reunião também discutirá desdobramentos da situação na USP.

A coordenação do F6 solicita às diretorias das entidades que tragam para esta reunião, além de suas propostas para a composição do indicativo de Pauta Unificada 2017, sugestões de atividades de mobilização relacionadas à USP.

Confira o calendário do F6 no

próximo período:

- **Até 3/3/2017:** Discussão de propostas nas diretorias das entidades (para a Pauta 2017 e mobilização na USP).

- **6/3/2017:** Reunião do Fórum das Seis para organizar um indicativo de Pauta (*Às 12h, na sede da Adusp, em SP*).

- **Até 17/3/2017:** Primeira rodada de assembleias de base, para avaliar o indicativo de Pauta 2017 e apresentar sugestões às reivindicações.

- **15/3/2017:** Participação no Dia Na-

cional de Luta contra a Reforma da Previdência
(*Veja detalhes em matéria abaixo*).

- 20/3/2017: Reunião do Fórum das Seis para tabular e organizar as propostas da base para a Pauta 2017.

- De 21 a 31/3/2017: Segunda rodada de assembleias de base.

- 3/4/2017: Reunião do Fórum das Seis para fechar a Pauta 2017.

- Primeira semana de abril: Protocolo da Pauta Unificada 2017.

15/3 é Dia Nacional de Luta contra a PEC 287, a reforma que destrói a Previdência pública

De forma unificada, as centrais sindicais estão convocando para 15/3 o “Dia nacional de lutas, com greves e paralisações contra a Reforma da Previdência”.

O objetivo é realizar atividades públicas em todo o país, para pressionar o Congresso Nacional contra a aprovação da PEC 287/2016, que propõe uma avassaladora reforma na Previdência Social, com a revogação de direitos históricos da classe trabalhadora, com forte impacto sobre a população jovem (que deverá trabalhar 49 anos para conseguir se aposentar com benefício integral), as mulheres, os idosos, os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Para as centrais sindicais, a mobilização no dia 15/3 poderá ser um importante passo na construção da greve geral para combater as reformas do governo Temer.

O Fórum das Seis orienta as entidades a organizarem a participação de suas bases da forma mais ativa possível no dia 15/3, em atividades locais e regionais com outras categorias.

Link interessante

A Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) produziu um vídeo didático e esclarecedor sobre o tema. Confira em <http://www.contrafcut.org.br/videos/reforma-da-previdencia-6731>

NOSSO FUTURO ESTÁ EM JOGO!
10 razões para lutar contra a Reforma da Previdência - PEC 287/2016

- 1 A idade mínima de aposentadoria passará para 65 anos, para homens e mulheres.
- 2 O prazo mínimo de contribuição será elevado de 15 para 25 anos.
- 3 O tempo de contribuição para aposentadoria integral, que corresponde a 100% do benefício de direito de cada trabalhador, será de 49 anos.
- 4 Com a nova regra, o tempo para ter direito à aposentadoria integral aumentará em quase 20 anos.
- 5 Para se aposentar integralmente na idade mínima de 65 anos, o trabalhador terá que ter começado a trabalhar, formalmente, aos 16 anos.
- 6 Já aqueles que ficaram longos períodos sem trabalho formal só poderão receber a aposentadoria integral se trabalharem até os 80 anos de idade ou mais.
- 7 Cada vez que os dados do IBGE mostrarem aumento de um ano na expectativa de sobrevivência do brasileiro a partir dos 65 anos, a idade mínima de aposentadoria subirá um ano.
- 8 A regra também valerá para o trabalhador rural, que normalmente tem jornadas mais extenuantes e pesadas que o trabalhador urbano.
- 9 A nova regra, ao igualar o tempo de aposentadoria para homens e mulheres, desconsidera a realidade das trabalhadoras brasileiras, que geralmente assumem as tarefas de casa ainda na adolescência e acumulam duplas ou triplas jornadas de trabalho.
- 10 Nas pensões por morte, o valor pago à viúva ou ao viúvo passará a ser de 50% do valor do benefício recebido pelo contribuinte que morreu, com um adicional de 10% para cada dependente do casal.

FORUM dos Seis
(do Contraf)

**PARTICIPE DAS LUTAS!
NÃO PODEMOS ACEITAR RETROCESSOS!**

Cartaz do F6 traz síntese dos principais ataques contidos na PEC 287/2016

Sede do Sintusp: Reunião no MPT permite acordo

A resistência dos trabalhadores da USP – organizados no Sintusp e com o apoio de entidades sindicais e do movimento popular de todo o país – frustrou a ofensiva da reitoria, que queria expulsar o Sindicato da sede que ocupa há décadas.

Após a realização de dois grandes atos públicos – em 15/12/2016 e 19/1/2017 – e a presença do Ministério Público do Trabalho (MPT) nas negociações, a reitoria finalmente concordou em apresentar uma alternativa de sede ao Sintusp. Inicialmente, o local oferecido foi considerado pequeno e precário em comparação com a sede atual, que tem 490 m². O espaço sugerido era de apenas 245 m². Em nova reunião no MPT, representantes da reitoria concordaram em ampliar o espaço em 80 m² e promover algumas reformas e adaptações necessárias.

Já autorizada por assembleia geral, a diretoria do Sintusp aceitou a proposta. A nova sede estará pronta até 3/4 e a mudança será feita até 10/4.

2017, ano de luta em defesa dos nossos salários e contra o confisco de direitos!

A conjuntura atual exige dos trabalhadores e estudantes reação firme e organizada, como única forma de impedir retrocessos sociais gravíssimos.

Esta foi a conclusão central da reunião que o Fórum das Seis promoveu em 13/2, que teve na pauta, entre outros tópicos, o início da mobilização para a data-base 2017 e as reformas em curso, como a previdenciária, a trabalhista e a do ensino médio.

Neste quadro, será preciso travar as lutas relacionadas à data-base – contra o desmonte das universidades, contra o arrocho salarial, em defesa da isonomia e por melhores condições de trabalho e estudo – em sintonia com a resistência aos pesados

golpes que sopram de Brasília.

O ilegítimo governo de Michel Temer diz a que veio e, em ritmo acelerado, quer aprovar as reformas há tempos pleiteadas pelos empresários, banqueiros e cia. As reformas em curso configuram um gigantesco ataque aos direitos duramente conquistados pelo conjunto dos trabalhadores e consagrados na Constituição de 1988.

Calendário inicial da data-base

Como acontece todos os anos, os primeiros passos da data-base relacionam-se à montagem da Pauta de Reivindicações. O calendário proposto é:

- Discussão de propostas nas diretorias das entidades: Até 3/3

- Reunião do Fórum para organizar um indicativo de Pauta: 6/3

- Primeira rodada de assembleias de base, para avaliar o indicativo de Pauta e apresentar sugestões: Até 17/3

- Reunião do Fórum para tabular e organizar as propostas da base: 20/3

- Segunda rodada de assembleias de base: 21 a 31/3

- Reunião do Fórum para fechar a Pauta: 3/4

- Protocolo da Pauta Unificada 2017 junto ao Cruesp: Primeira semana de abril

PEC 287: Esta reforma pode arruinar seu futuro!

Fórum indica adesão ao Dia Nacional de Luta em 15/3

De forma unificada, as centrais sindicais estão convocando para 15/3 o “Dia nacional de lutas, com greves e paralisações contra a Reforma da Previdência”.

O objetivo é realizar atividades públicas em todo o país, para pressionar o Congresso Nacional contra a aprovação da PEC 287/2016, que propõe uma avassaladora reforma na Previdência Social brasileira, com a revogação de direitos históricos da classe trabalhadora, com forte impacto sobre a população jovem (que deverá trabalhar 49 anos para conseguir se aposentar com benefício integral), as mulheres, os idosos, os trabalhadores e trabalhadoras rurais. **No verso deste boletim, confira resumo com as 10 principais medidas previstas na PEC 287**, que também constarão em cartaz que está sendo preparado pelo Fórum.



Para as centrais sindicais, a mobilização no dia 15/3 poderá ser importante passo na construção da greve geral para combater as reformas do governo Temer.

O Fórum das Seis orienta as entidades a organizarem a participação de suas categorias da forma mais ativa possível no dia 15/3, em atividades locais e regionais conjuntas com outras categorias.

Mais informações nos próximos boletins.

Links interessantes

- No dia 09/02/17, Augusto Tsutiya fez palestra sobre o falso rombo na Previdência Social. Tsutiya é ex-docente da Unesp e Procurador Federal aposentado, além de ex-diretor da Adunesp Central. A palestra foi uma atividade conjunta Adunesp/Sintunesp e pode ser conferida em: https://www.youtube.com/watch?v=_BPc8s3QkFI&feature=youtu.be

- O programa “Sala Aberta”, promovido pela Adunicamp, promoveu debate sobre o tema “Reforma da Previdência – Rumo ao Estado de Mal-estar Social”. Em: <http://salaaberta.org.br/reforma-da-previdencia-rumo-ao-estado-do-mal-estar-social/>

- A quem interessa a reforma açodada do ensino médio. Em: <http://www.adusp.org.br/index.php/sem-categoria/2795-a-que-m-interessa-a-reforma-acoda-da-do-ensino-medio>

Não ao desmonte da Universidade!

Prossegue ocupação na Creche Oeste da USP

Pais, alunos e funcionários seguem ocupando o prédio onde funciona a Creche Oeste da USP, dentro da Cidade Universitária. O movimento teve início em 17/1, um dia depois de a reitoria informar que a creche seria fechada. A creche atendia 40 crianças e, de acordo com os funcionários, tem condições para a matrícula de mais 37.

Ao tentar fechar a creche, o reitor Marco Antonio Zago dá prosseguimento ao seu projeto de desmonte da USP. Para isso, ele deixa, inclusive, de cumprir uma decisão do Conselho Universitário (CO), de 8/11/2016, que aprovou que a instituição deve preencher as vagas ociosas das creches no limite de suas capacidades.



Defesa do Sintusp: Todo apoio ao sindicato irmão!

As entidades que compõem o Fórum das Seis assinam documento dirigido ao Ministério Público do Trabalho (MPT), solicitando sua ação no sentido de viabilizar um acordo entre a reitoria da USP e o Sintusp, durante audiência prevista para 22/2/2017. O problema teve início em 2016, quando a reitoria declarou a intenção de desalojar o sindicato da sede que ocupa há décadas no campus Butantã.

O documento destaca que o direito à livre organização para o exercício da prerrogativa de solidariedade e de defesa de outros direitos (trabalhistas, civis, sociais) é uma das conquistas históricas mais importantes da classe trabalhadora. “Tal prerrogativa precisa ser exercida no próprio local de trabalho, com espaço adequado para o encontro e para discussões e deliberações”, frisa.

O texto finaliza exortando o MPT “a dar continuidade a seus esforços institucionais para que a reitoria apresente uma proposta adequada de instalações para a permanência digna do Sintusp no campus Butantã da USP”.

10 razões para lutar contra a Reforma da Previdência

- 1 A idade mínima de aposentadoria passará para 65 anos, para homens e mulheres.
- 2 O prazo mínimo de contribuição será elevado de 15 para 25 anos.
- 3 O tempo de contribuição para aposentadoria integral, que corresponde a 100% do benefício de direito de cada trabalhador, será de 49 anos.
- 4 Com a nova regra, o tempo para ter direito à aposentaria integral aumentará em quase 20 anos.
- 5 Para se aposentar integralmente na idade mínima de 65 anos, o trabalhador terá que ter começado a trabalhar, formalmente, aos 16 anos.
- 6 Já aqueles que ficaram longos períodos sem trabalho formal só poderão receber a aposentadoria integral se trabalharem até os 80 anos de idade ou mais.
- 7 Cada vez que os dados do IBGE mostrarem aumento de um ano na expectativa de sobrevida do brasileiro a partir dos 65 anos, a idade mínima de aposentadoria subirá um ano.
- 8 A regra também valerá para o trabalhador rural, que normalmente tem jornadas mais extenuantes e pesadas que o trabalhador urbano.
- 9 A nova regra, ao igualar o tempo de aposentadoria para homens e mulheres, desconsidera a realidade das trabalhadoras brasileiras, que geralmente assumem as tarefas de casa ainda na adolescência e acumulam duplas ou triplas jornadas de trabalho.
- 10 Nas pensões por morte, o valor pago à viúva ou ao viúvo passará a ser de 50% do valor do benefício recebido pelo contribuinte que morreu, com um adicional de 10% para cada dependente do casal.

Síntese dos principais ataques contidos na PEC 287/2016, que fará parte de cartaz do Fórum das Seis

(Arte: SindJufe/BA)

Fórum das Seis convida para ato “Sintusp Fica” dia 19/01

Em reunião realizada em 10/01/2017, as entidades do Fórum das Seis discutiram intensamente as iniciativas do Reitor da USP para desalojar o Sindicato dos Trabalhadores da USP do espaço físico que ocupa desde a sua fundação, há décadas. Em abril de 2016, em meio a campanha salarial, o Sintusp recebeu um ofício da reitoria da universidade solicitando a desocupação desse espaço, alegando motivos acadêmicos. Desde então, o sindicato e as entidades do Fórum das Seis têm feito gestões no sentido de assegurar que a sede do Sintusp permaneça no lugar onde se encontra. No entanto, a reitoria da USP, tem avançado no seu intuito de desalojar o Sintusp. Mais recentemente, iniciou a construção de uma cerca em volta das dependências do sindicato, com a presença ostensiva e intimidatória da polícia militar. Diante disso, as entidades que compõem o Fórum das Seis deliberaram por participar das atividades realizadas pelo Sintusp, por solicitar apoio da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas Paulistas, agendar reuniões com a promotoria regional do trabalho, que cuida atualmente do caso; com reitor da USP; e com o Cruesp em caráter emergencial, para tratar da questão do despejo do Sintusp.

O Fórum das Seis convida a todos para participar do Ato Sintusp Fica, no dia 19/01, às 12h30.

Conjuntura atual

Estamos em um momento político extremamente crítico para o país, o número de desempregados aumentando cada vez mais, e o governo federal impondo reformas que configuram um gigantesco ataque aos direitos duramente conquistados pelo conjunto dos trabalhadores e consagrados na Constituição de 1988.

Entre elas se destacam a reforma da Previdência, a reforma Trabalhista e a reforma Tributária. O Fórum das Seis vai organizar, ainda no primeiro semestre de 2017, um conjunto de seminários com palestras e debates sobre esses assuntos nas três universidades, USP, UNESP e UNICAMP. É essencial a participação de todos, para o maior conhecimento dos temas e o engajamento na luta contra os retrocessos propostos pelo governo federal.

Unesp

Fórum das Seis deliberou solicitar uma reunião com o novo Reitor da Unesp, Prof. Dr. Sandro Roberto Valentini, para discutir a isonomia entre as três universidades públicas paulistas.

Calendário de Atividades - Sintusp

11/01/2017 – Assembleia no Sintusp, às 12h;

12/01/2017 - Carreata em defesa do Sintusp. Concentração em frente à Odonto, às 12h;

15/01/2017 - Oficina para decorar a grade, às 15h;

16/01/2017 - Publicação do jornal impresso;

19/01/2017 – Ato #SintuspFica, às 12h30;

20/01/2017 - Festa Democrática;

24/01/2017 - Debate sobre ditadura, luta pelos direitos, ataques ao Sintusp

26/01/2017 - Audiência no Ministério Público do Trabalho.

